



**UNIFACS**

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**JOSIANE DA SILVA SOUZA MELO**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL E EDUCACIONAL DA CIDADE DE JACOBINA/BA ENTRE 1980 E 2018**

Salvador  
2020

**JOSIANE DA SILVA SOUZA MELO**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL E EDUCACIONAL DA CIDADE DE JACOBINA/BA ENTRE 1980 E 2018**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate International Universities, como requisito para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Euclimar Xavier Menezes.

Salvador  
2020

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS  
Universidade Salvador, Laureate International Universities.

Melo, Josiane da Silva Souza

As contribuições da educação superior no desenvolvimento social e educacional da cidade de Jacobina/Ba entre 1980 e 2018. / Josiane da Silva Souza Melo.- Salvador: UNIFACS, 2020.

112 f.: il.

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador — Laureate International Universities, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Euclimar Xavier Menezes.

1. Educação Superior. 2. Interiorização e Expansão. 3. Desenvolvimento social e educacional. I. Menezes, José Euclimar Xavier, orient. II. Título.

CDD: 370

JOSIANE DA SILVA SOUZA MELO

AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL E EDUCACIONAL DA CIDADE DE JACOBINA/BA ENTRE 1980 E 2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito para obtenção do título de Mestre e aprovada pela seguinte banca examinadora:

José Euclimar Xavier de Menezes – Orientador \_\_\_\_\_  
Pós Doutor em Filosofia Contemporânea na Pontifícia Università  
Lateranensi/Roma/2006 e em Filosofia dos Direitos Humanos na Universidad de  
Salamanca/2019  
UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities

Hilda Ledoux Vargas \_\_\_\_\_  
Doutora em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do  
Salvador - UCSAL  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Manoel Joaquim Fernandes de Barros \_\_\_\_\_  
Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA  
UNIFACS Universidade Salvador - Laureate International Universities

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus por me proporcionar esta conquista.

Agradeço à minha família, meu esposo Antonio Melo e minhas filhas Queilla e Ana Carine, meus maiores incentivadores, que de forma paciente e compreensiva me apoiaram durante o período do curso e pesquisa.

Agradeço à minha mãe Maria Rita, aos meus irmãos Anajara e Esdras e à minha sogra D. Antonia, também meus apoiadores.

A meus pastores, Luis Andrade e Rose (Igreja Batista Belém) e Cleber e Neide (Igreja Batista da Família) e irmãos, pelas orações e apoio.

Aos meus gestores, Joberto Martins e Carolina Spínola, por todo incentivo e ajuda para que eu fizesse o mestrado.

Às colegas Francisca Gilsa, Dannyelly e Samira, pela força e torcida para que eu não desistisse quando tudo parecia contribuir para isso.

Aos meus colegas do PPDRU, e aqui destaco Priscilla Ladeia pela ajuda na elaboração do questionário feito aos entrevistados, responsáveis das Instituições de Ensino Superior e a comunidade acadêmica de Jacobina.

Aos professores do PPGCOMP e PPDRU, especialmente ao Professor Doutor Edivaldo Machado Boaventura (in memoriam), meu primeiro Orientador e grande incentivador para que a pesquisa sobre a interiorização da educação superior na Bahia, especificamente sobre Jacobina, fosse realizada. Infelizmente, ele não viu o término da pesquisa que pode ser concluída sob a orientação de outro brilhante e grande mestre, Professor Dr. José Euclimar Xavier de Menezes.

Aos professores da Banca Examinadora, Dr. Manoel Joaquim Fernandes Barros e Dra. Hilda Ledoux Vargas, pelas enriquecedoras contribuições dadas a esta Dissertação.

*“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.” John Dewey*

## RESUMO

A presente pesquisa busca analisar os efeitos e o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) na transformação social e educacional, desde a sua implantação até a sua expansão, em Jacobina, cidade sede da Microrregião da Chapada Piemonte da Diamantina. Esta pesquisa é fruto de uma motivação por avaliar essa relação com o desenvolvimento da cidade tendo a educação superior como parte desse processo. A fim de esclarecer os questionamentos norteadores, foi necessário descrever a expansão e o processo de interiorização da educação superior na Bahia, bem como na cidade de Jacobina, identificando as transformações socioeducacionais ocorridas no município desde a instalação da Universidade Estadual da Bahia nos anos de 1980 até a chegada das outras cinco IES nas duas últimas décadas, apontando as ações sociais desenvolvidas por elas para a comunidade local. Nessa perspectiva, inferem-se delineamentos da legislação vigente aplicada à educação superior, com breves comentários sobre a evolução histórica do tema, as estratégias políticas utilizadas no decorrer destes anos e a relação com a ampliação do ensino superior local. O recurso metodológico utilizado transcorreu através da pesquisa exploratória e descritiva, depoimentos coletados em entrevistas semiestruturadas e análise documental. A pesquisa demonstrou a relação do ensino superior, quanto as estratégias e diretrizes, envolvendo representantes e gestores políticos e acadêmicos das instituições públicas e privadas, em prol do desenvolvimento urbano, impulsionando a expansão e ampliação de cursos, vagas e estabelecimentos de ensino superior local.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Interiorização e Expansão. Desenvolvimento social e educacional. Jacobina-Bahia.

## ABSTRACT

This research seeks to analyze the effects and role of University Education Institutions in social and educational transformation; from its implementation to its expansion in Jacobina/Bahia. The results come from evaluation of the development of the city with University Education. In order to clarify the guiding questions, it was necessary to describe the expansion and processes of interiorization on higher education in Bahia, and the City of Jacobina. To identify the socio-educational transformations that have occurred in the municipality since the installation of the State University of Bahia (UNEB) in the 1980s until the arrival of the other five institutions in the last two decades. Highlighting the social actions developed by them for the local community. In this perspective, we can use the current legislation applied to higher education, with brief comments on the historical evolution of the theme, the political strategies used during these years and the relationship with the expansion of local higher education. The methodology used was exploratory and descriptive research, testimonies collected in semi-structured interviews and documentary analysis. The research demonstrated the relationship of higher education, as well as strategies and guidelines, involving representatives of public and private institutions along with political influences, promoting urban development, driving the expansion of courses and vacancies in local higher education institutions.

**Keywords:** Higher Education. Interiorization and Expansion. Socio and educational development. Jacobina-Bahia

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Implantação da Educação Superior na Bahia e interior.....	59
Quadro 2 – Cursos de Graduação ofertados pela UNEB no DCH IV – Campus Jacobina.....	84
Quadro 3 - Projetos em andamento no DCH IV – Campus Jacobina.....	85
Quadro 4 – Cursos de Graduação ofertados pela UNOPAR em Jacobina .....	86
Quadro 5 – Cursos de Graduação ofertados pela UNIASSELVI em Jacobina .....	90
Quadro 6 – Cursos de Graduação ofertados pela AGES em Jacobina.....	95

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População com educação superior, por faixa etária – internacional 2018 .....	20
Gráfico 2 – Matrículas – Cursos presenciais por região geográfica entre 1986 e 2018 .....	45
Gráfico 3 – Quantitativo de matrículas entre 2010 e 2018 .....	45
Gráfico 4 – Evolução de concluintes entre 2010 e 2018 .....	46
Gráfico 5 – Demonstrativo do IDMH para Jacobina .....	75
Gráfico 6 – Gráfico do IFDM para a cidade de Jacobina.....	75
Gráfico 7 – Demonstrativo escolaridade da população em Jacobina.....	81
Gráfico 8 – Evolução do números de escolas e colégios da rede municipal, estadual e federal da cidade de Jacobina.....	99

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Faculdade de Medicina da Bahia .....	30
Figura 2 – Vista aérea da cidade de Jacobina, tendo como centro o Rio Itapicuru-Mirim .....	73
Figura 3 - Localização geográfica do município de Jacobina – Bahia.....	74
Figura 4 - Localização das IES na cidade de Jacobina.....	80
Figura 5 – Mapa de localização geográfica do Campus IV da UNEB em Jacobina ..	82
Figura 6 – Imagem da entrada do Campus IV da UNEB em Jacobina .....	84
Figura 7 – Imagem do prédio da Unopar em Jacobina .....	86
Figura 8 – Alunos do Curso de Serviço Social da Unopar – Jacobina/BA .....	88
Figura 9 – Idosos do Lar do Idoso em Jacobina/BA.....	88
Figura 10 – Imagem do prédio da Uniasselvi em Jacobina.....	89
Figura 11 – Campus do IFBA em Jacobina.....	92
Figura 12 – Imagem do campus da Faculdade Ages em Jacobina.....	94

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de matrículas na educação superior (privada e pública) .....	18
Tabela 2 - Valor aplicado por pessoa em idade educacional e fator multiplicativo para atingir o valor da OCDE .....	19
Tabela 3 - População em idade educacional em relação à população do país.....	19

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAMES	Associação Baiana de Mantenedores de Ensino Superior
BC	Banco Mundial
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior
CONSU	Conselho Universitário
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FEBA	Faculdade de Educação da Bahia
FFP	Faculdade de Formação de Professores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NUFEG	Núcleo de Gestão Educacional e Formação de Gestores
OCDE	Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEE	Plano Estadual de Educação
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Estadual de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTDSS	Plano Territorial de Desenvolvimento Solidário e Sustentável
SEAVI	Secretaria Especial de Avaliação Institucional
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA .....	21
1.3	OBJETIVOS .....	21
1.3.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	<b>21</b>
1.3.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	<b>21</b>
1.4	JUSTIFICATIVA .....	22
1.5	METODOLOGIA.....	23
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL – HISTÓRICO DA SUA IMPLANTAÇÃO</b> .....	<b>29</b>
2.1	MODERNIZAÇÃO POLÍTICA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL .....	36
2.2	O CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL..	43
2.3	A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL .....	47
<b>3</b>	<b>EDUCAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO: A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA BAHIA</b> .....	<b>51</b>
3.1	A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA.....	51
3.2	PLANEJAMENTO .....	54
3.2.1	<b>A criação e implantação da UNEB na capital e no interior baiano</b> .....	<b>57</b>
3.3	DESENVOLVIMENTO: CONCEITO E SEGMENTOS.....	62
<b>4</b>	<b>A EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO PARTE DO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>67</b>
4.1	DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E NA BAHIA .....	68
4.2	AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA BAHIA E EM JACOBINA.....	70
4.2.1	<b>A Educação Superior na Bahia</b> .....	<b>70</b>
4.2.2	<b>A Educação Superior em Jacobina – Polo da Educação Superior na microrregião da Chapada Piemonte</b> .....	<b>72</b>
4.2.3	<b>As Instituições de Educação Superior na cidade de Jacobina</b> .....	<b>77</b>
4.2.3.1	<b>UNEB (Universidade do Estado da Bahia) – Campus IV</b> .....	<b>81</b>
4.2.3.2	<b>UNOPAR (Universidade Norte do Paraná)</b> .....	<b>85</b>
4.2.3.3	<b>Projeto social – Pólo UNOPAR em Jacobina/BA</b> .....	<b>87</b>
4.2.3.4	<b>UNIASSELVI (Centro Universitário Leonardo da Vinci)</b> .....	<b>89</b>
4.2.3.5	<b>UNIFACS Universidade Salvador</b> .....	<b>90</b>
4.2.3.6	<b>IFBA (Instituto Federal da Bahia)</b> .....	<b>91</b>
4.2.3.7	<b>Projeto social do IFBA Jacobina/BA</b> .....	<b>93</b>
4.2.3.8	<b>Faculdade AGES (Centro Universitário de Paripiranga)</b> .....	<b>93</b>

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>102</b>
<b>Anexo A – Carta de Apresentação.....</b>	<b>110</b>
<b>Anexo B – Termo de consentimento .....</b>	<b>111</b>
<b>Anexo C – Roteiro de entrevista .....</b>	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Afirmar que a educação pode ser considerada uma das molas impulsionadora do desenvolvimento regional não caracteriza um paradoxo, tendo em vista que ela é capaz de consolidar e modificar comportamentos dos indivíduos, bem como alavancar o crescimento social, econômico e cultural nas diversas sociedades, a exemplo de alguns países, tais como: Canadá, Coréia do Sul, Finlândia e Japão. Esta realidade é um grande desafio posto aos governantes para atentarem ao investimento em uma educação que traga benefícios de todas as ordens convergentes para o desenvolvimento social.

As evidências do desenvolvimento têm demonstrado que este é um desafio posto aos dirigentes de todos os níveis: Federal, Estadual e municipal, sobretudo em um país como o Brasil, acometido de profundas diferenças sociais, para o que a atenção competente voltada para a educação tem potencial para ser uma ferramenta propulsora do desenvolvimento, como aponta o discurso do Banco Mundial-Unesco, cujo foco central é o papel da educação superior dentro do processo de desenvolvimento econômico e social para os países que enfrentam dificuldades relacionadas a este tema, principalmente da América Latina (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 86).

Sguissardi e Silva (1999) ressaltam a importância da educação superior para o desenvolvimento econômico e social, no documento: La Enseñanza Superior - Las lecciones derivadas de la experiencia (BANCO MUNDIAL, 1994) argumentando, inclusive, com base nas taxas de rentabilidade social, estimadas em 10% “ou mais”, que indicariam “que os investimentos neste nível da educação contribuem para aumentar a produtividade do trabalho e a produzir um maior crescimento econômico no longo prazo...”

As instituições encarregadas dos programas avançados de ensino e pesquisa devem ter a orientação de representantes dos setores produtivos. A participação de representantes do setor privado nos conselhos administrativos das instituições de ensino superior, públicas e privadas, pode contribuir para garantir a relevância dos programas acadêmicos. (BANCO MUNDIAL, 1994, p.88).

No Brasil, a população total apresentada pelos dados do último Censo Demográfico (2010) é de 190.757.799 habitantes; desses, 23.878.190 são jovens com idade entre 18 e 24 anos, adequada para realizar um curso de graduação. Entretanto, o Censo da Educação Superior, relativo ao ano de 2010, informa que estavam matriculados 6.739.689 estudantes – adicionando-se alunos de cursos presenciais e a distância, sendo que apenas 3.411.050 tinham idade de 18 a 24 anos. Estas pesquisas já apontavam que estes dados refletem a baixa qualidade na educação básica no país (INEP, 2011, p.48).

A importância de se ampliar o financiamento destinado à educação de jovens e adultos perpassa pelas propostas de políticas públicas que sejam voltadas para concepções mais apropriadas de alfabetização e educação básica de qualidade, e isto implica em articular as oportunidades de qualificação profissional, bem como o acesso às tecnologias da comunicação e informação, de forma que o alcance seja preciso para reverter a situação de despreparo e desvalorização profissional dos educadores que a ela se dedicam.

De acordo com Amaral (2016), a universidade tem sido elitista, quando esta deveria ser universalizada. O acesso do ingressante à rede pública de ensino superior ainda é inferior se comparado ao da rede privada. Na contramão desta afirmativa, o sociólogo francês Pierre Bourdieu, defende que a universidade mantenha neutralidade quanto a sua função social, cujo principal interesse venha a ser uma agência que promova a transformação e democratização da sociedade onde atua.

A evolução das matrículas no Ensino Superior do país, apresentada pelo Censo da Educação Superior e o Ministério da Educação e Cultura, comprovam que não houve um crescimento expressivo entre os anos de 1980 e 2018 na rede pública. Um comparativo pode demonstrar o quanto a mudança deste cenário ainda é um desafio que o Brasil tem a enfrentar, com o objetivo de aumentar o quantitativo de jovens matriculados na educação superior nos próximos anos.

Dados, abaixo, mostram essa evolução entre a década de 1980 e final da década de 2010, com números atualizados em 2018.

Tabela 1 - Número de matrículas na educação superior (privada e pública)

<b>ANO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>PRIVADA</b>	<b>%</b>	<b>PÚBLICA</b>	<b>%</b>
1980	1.377.286	885.054	64%	492,232	36%
1990	1.540.080	961.455	62%	578.625	38%
2000	2.594.245	1.807.219	70%	780.166	30%
2010	6.739.689	4.966.374	74%	1.177.315	26%
2018	8.451.748	6.373.274	75%	2.077.481	25%

Fonte: MEC/INEP (2019).

Nota: Elaborado pela autora desta dissertação (2020).

Em comparação ao que ocorre nos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>1</sup>, como: Chile, Hungria, México e Turquia, e dos países que compõem o BRICS<sup>2</sup>: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, a relação percentual entre a população em idade educacional e a população total do país poderia ser definida pelos esforços do poder público em direção a melhorias no sistema educacional do país, através do financiamento da educação superior, se o país aplicasse 10% do produto interno bruto (PIB) em educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.

Com relação à população do país e a idade educacional, se comparado aos países que compõem o OCDE e o BRICS, o Brasil tem um grande desafio, levando em consideração os percentuais do PIB que são aplicados em educação e o cálculo do valor aplicado por pessoa em idade educacional, conforme mostra a tabela abaixo.

---

<sup>1</sup> Fazem parte da OCDE os países mais ricos do mundo que possuem uma renda per capita média de US\$/PPP\* 34.062,00. \*Paridade de Poder de Compra

<sup>2</sup> BRICS - Termo utilizado para designar o grupo de países de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, com renda per capita média de US\$/PPP 10.280,00.

Tabela 2 - Valor aplicado por pessoa em idade educacional e fator multiplicativo para atingir o valor da OCDE

País	PIB (US\$/PPP em bilhões) 2010	PIB aplicado em educação (%)	População em idade educacional	Valor aplicado em educação em bilhões (US\$/PPP)	Valor aplicado por pessoa em idade educacional (US\$/PPP)	Fator de multiplicação para atingir o valor da OCDE
Brasil	2.024	4,0	84.400.000	81,09	959,00	8,3
“Bloco” OCDE	39.675	5,17	257.833.181	2.050,03	7.950,98	1,0
Rússia	2.380	3,9	35.043.319	92,82	2.648,72	3,0
Índia	4.463	3,1	557.261.930	138,353	248,27	32,0
China	11.290	3,3	415.339.912	372,57	897,02	8,9
África do Sul	555	5,4	20.105.821	29,97	1.490,61	5,3
Chile	281	4,0	5.380.607	11,24	2.088,98	3,8
Hungria	195	5,2	2.661.708	10,16	3.815,44	2,1
México	1.657	4,8	41.354.774	79,54	1.923,26	4,1
Turquia	1.026	2,9	24.266.277	29,75	1.226,15	6,5

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2010); Estados Unidos da América (EUA) (2010).

O quantitativo de pessoas em idade educacional é obtido da seguinte forma: adicionando-se aqueles em idade de creche e pré-escola, idade de 0 a 5 anos, em idade de ensino fundamental, de 6 a 14 anos, em idade de ensino médio, de 15 a 17 anos, e em idade de educação superior, de 18 a 24 anos.

A tabela, abaixo, faz o comparativo entre estes países:

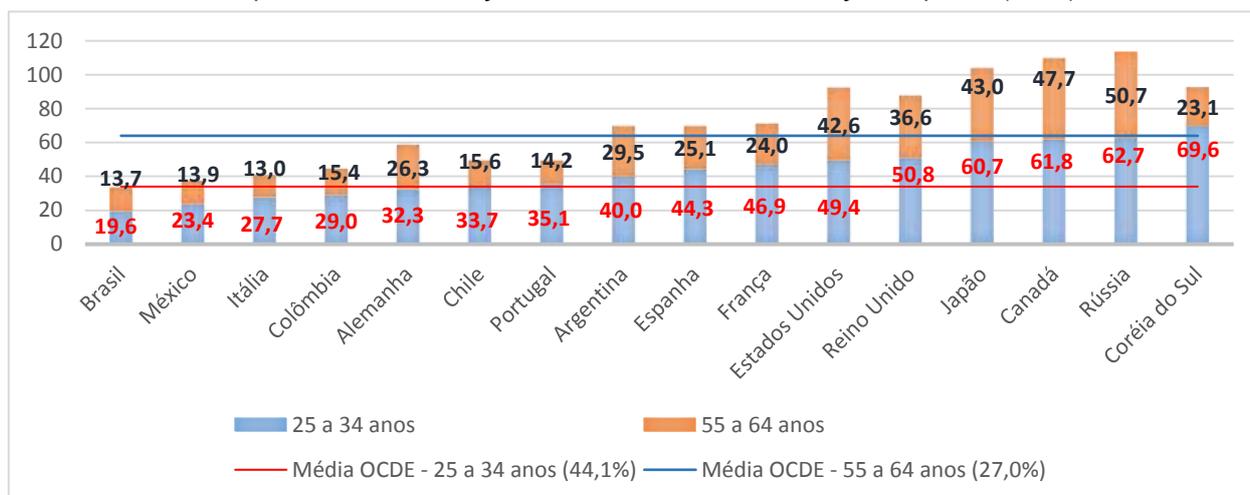
Tabela 3 - População em idade educacional em relação à população do país

País	População do País (A)	População em idade educacional (B)	B/A %
Brasil	189.000.000	84.400.000	45,0
“Bloco” OCDE	1.250.451.497	257.833.181	20,6
Rússia	138.082.178	35.043.319	25,4
Índia	1.205.073.612	557.261.930	46,2
China	1.343.239.923	415.339.912	30,9
África do Sul	48.810.427	20.105.821	41,2
Chile	17.067.369	5.380.607	31,5
Hungria	9.958.453	2.661.708	26,7
México	114.975.406	41.354.774	36,0
Turquia	79.749.461	24.266.277	30,4

Fonte: UNESCO (2010).

Dados atuais do INEP mostram o quadro da expansão universitária no contexto internacional com relação ao percentual da população com educação superior por faixa etária:

Gráfico 1 – População com educação superior, por faixa etária – internacional 2018  
 Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Básica e Censo da Educação Superior (2018).



Notas: Os dados do Brasil e da Rússia são referentes a 2017.  
 Elaborado pela autora desta dissertação (2020).

Com relação ao acesso do indivíduo à educação superior, Oliveira (2019) afirma que a universidade se constitui como elemento essencial de socialização, por ser uma das instituições mais antigas e duradoras, que contribuiu com a disseminação do saber e do conhecimento em diversas sociedades. Ela tem papel fundamental na construção do saber. A contribuição central da Instituição de ensino superior não se define somente pela formação de recursos humanos qualificados para o mercado de trabalho, mas também pela progressão social das comunidades, regiões e países.

Uma das grandes transformações na área educacional do Brasil nas últimas décadas tem se dado pela qualificação através da educação superior. Segundo Vieira (2016), há um crescimento no desenvolvimento regional brasileiro que, de forma descentralizada em termos espaciais, tem alcançado lugares onde o investimento configura um beneficiamento às regiões periféricas, como nos Estados da Região Norte e Nordeste, do país.

As Instituições de Ensino Superior, por meio de suas funções básicas de ensino e pesquisa, proporcionam estes atrativos locacionais aos investidores, que ocupam os sítios onde elas são implementadas e, na Bahia, isto ocorre muito mais por parte das universidades públicas, devido à relação das atividades em ciências e tecnologias.

De acordo com Vieira (2016), a função das IES deve ser reavaliada sob uma perspectiva territorial por profissionais acadêmicos e gestores públicos, suscitando estudos e projetos de pesquisas internacionais, com a finalidade de examinar mais detalhadamente a influência e o impacto do sistema de ensino superior para o desenvolvimento regional.

Em suma, a proposta é de que as IES promovam um estudo das áreas geográficas nas quais estão sediadas e, assim, contribuam para o seu desenvolvimento no que se refere à solução de problemas locais, ao aumento do nível geral de conhecimento e de cultura da região, enquanto *lócus* de inovação e de constituição de cidadania face às desigualdades sociais regionais.

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Esta pesquisa tem como estudo a cidade de Jacobina, sede da microrregião da Chapada Piemonte da Diamantina que, também, é a cidade de origem da pesquisadora.

A questão que demanda esta pesquisa é: Quais as contribuições da Educação Superior para o desenvolvimento social e educacional na cidade de Jacobina/BA?

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo Geral

Analisar as contribuições da Educação Superior para desenvolvimento social e educacional na cidade de Jacobina/BA.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

a) Descrever como se deu a implantação das Instituições de Ensino Superior na cidade de Jacobina entre os anos de 1980 e 2018;

b) Identificar as transformações socioeducacionais propostas pela educação de nível superior na cidade de Jacobina relacionadas ao desenvolvimento local.

c) Apontar as ações sociais desenvolvidas pelas IES para a comunidade local.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

Segundo dados do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), divulgados em março de 2017, a cidade de Jacobina se destacou como sendo uma das cidades responsáveis pelo resultado positivo na geração de empregos formais na Bahia dentro do período de 2006 e 2016. Associado a este fator há outros elementos que também indicam a possível relação entre a demanda de vários cursos de graduação ofertados nas últimas duas décadas e o desenvolvimento social e educacional local.

Estes dados entram em conflito com os apresentados pelo <sup>3</sup>IDHM do município de Jacobina, que entre os anos de 1991 e 2010, passou de 0,363 em 1991, para 0,649 em 2010, enquanto o IDH da Bahia passou de 0,386 para 0,660. Ao observarmos esta informação, percebemos que o município de Jacobina com o quantitativo de 0,649 apresenta uma necessidade de melhorar nos critérios avaliados para saltar qualitativamente e qualitativamente (PNUD, 2013).

Atrelada a esta inquietação, surge a demanda de que no município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (básica até o ensino médio completo) com crescimento de 0,381, seguida por Longevidade e por Renda. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 7,61% estavam

---

<sup>3</sup> IDH: Índice de Desenvolvimento Humano/IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O IDH foi criado em 1990 por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen (PNUD, 2019).

cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 1,63% e, em 1991, 0,66% (IPEA, 2013).

Daí a proposta sobre dissertar a respeito da educação superior no município, desde a chegada desta na década de 1980 e até os últimos anos, suas contribuições para a formação profissional local e a qualificação docente a fim de que desempenhem seu trabalho no exercício do magistério como cumprimento do que rege a Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 62, a saber:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASILIA, 2005, p.26).

Entre os anos de 1983 e 2004 os cursos de nível superior em Licenciatura ofertados pela Universidade do Estado da Bahia, tinham como finalidade a formação e preparação de docentes para atender a demanda das escolas municipais e estaduais instaladas na cidade, bem como nos povoados e municípios vizinhos. No final de 2004 a UNEB implantou o único curso de Bacharelado em Direito. A chegada de outras Instituições de Ensino Superior na cidade, se deu no ano de 2007, trazendo novos cursos de nível Técnico e Bacharelado, em diversas áreas, Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Jacobina (ASCOM, 2018).

## 1.5 METODOLOGIA

Esta pesquisa incorpora elementos de ordem exploratória e descritiva. É exploratória quanto ao objetivo que, conforme Gil (2007) se utiliza de levantamento bibliográfico, entrevistas semiestruturadas aplicadas para alguns representantes das IES presentes na cidade, bem como depoimentos de alunos e egressos de algumas das Instituições de Ensino Superior local, como também de residentes que presenciaram as transformações sugeridas no objeto da

pesquisa, de forma a pautar a relação entre educação superior e o desenvolvimento local.

A escolha do tema: Educação Superior e Desenvolvimento Local tornou necessária a delimitação espacial de tempo (1980 – 2018), em que foram utilizadas: revisão de literatura e análise dos documentos institucionais para a estruturação da pesquisa.

Destaca-se, também, a pesquisa documental e bibliográfica, que foram utilizadas com o objetivo de registrar as informações e fatos coletados através dos documentos e registros oficiais arquivados na biblioteca digital dos órgãos oficiais, da própria Prefeitura Municipal e suas secretarias, e através do *site* oficial da Prefeitura (<http://jacobina.ba.gov.br>). Todos estes elementos foram elencados com o propósito de identificar se há relação com o Desenvolvimento Local no que tange o desenvolvimento social e educacional, caracterizando a pesquisa qualitativa.

A respeito do aspecto metodológico, alguns autores afirmam:

Quanto à forma: a pesquisa tem caráter exploratório, descritivo e analítico, realizada através de um roteiro de perguntas centrais previamente estabelecidas pelo entrevistador, permitindo a elaboração de novas questões durante a conversa com o entrevistado. Técnica que possibilita entender as visões e as opiniões do entrevistado a respeito de determinado tema (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 98).

Quanto à abordagem, a pesquisa é bibliográfica, realizada através de relatórios, documentos bibliográficos: impressos e digitais (GIL, 1999, p. 44).

Buscando apresentar em números e dados as transformações sociais ocorridas na cidade de Jacobina, foi necessário fazer a comparação entre os anos de 1980 e 2018, para então constituir a relação entre as políticas educacionais e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das IES ali implantadas neste período.

As abordagens ligadas ao tema proposto, usou como base a leitura de análise de indicadores, que foram obtidas por meio dos relatórios dos Institutos públicos nacionais e alguns internacionais, a saber: a) sobre a Educação: Ministério da Educação (MEC); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); b) Social e Econômico: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); c) Estatístico e geográfico: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). além de dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO/ONU).

O tratamento dos dados acontece a partir da organização de quadros, tabelas e da transcrição de fragmentos de entrevistas e depoimento sem observância aos objetivos correlacionados ao Plano da Pesquisa. Vale destacar que a autora do trabalho em curso esteve no município para coleta dos depoimentos das pessoas envolvidas no processo de construção do plano e para esquadrihar os documentos que serviram de abalizador desta investigação. As visitas às <sup>4</sup>quatro das seis instituições de ensino superior instaladas na cidade deram caracterização à proposta da pesquisa, contribuindo com dados sobre as demandas e ofertas de cursos, vagas e bolsas de estudos, e se houve relação destas IES com a expansão do desenvolvimento local.

Além destes indicadores, a pesquisa teve a contribuição de autores como: Edivaldo Boaventura Machado, Hélgio Trindade e a educadora Maria Couto Cunha sobre a criação de cursos de educação superior no Estado da Bahia e histórico da Educação Superior no Brasil; a socióloga Rosa Maria Torres e Ana Maria Vieira, que discorrem sobre a relação entre a educação superior e o

---

<sup>4</sup> Os agendamentos com os representantes da Faculdade Ages e da Uniasselvi, não foram ocorreram, seja pela ausência destes nas datas agendadas (Ages) como pela falta de autorização da direção da UNIASSELVI para a representante local dar qualquer informação sobre IES.

Os dados de ambas foram recolhidos e pesquisados através dos *sites* destas instituições.

desenvolvimento local e regional, além de outros autores que debatem sobre as relações entre a educação e a sociedade, dentre eles o sociólogo francês e educador, Pierre Bourdieu.

Todos estes elementos foram fundamentais no arcabouço desta pesquisa. Atribuído a isto, falar sobre os assuntos correlatos às propostas públicas e governamentais, que compreendem as esferas das políticas de educação e desenvolvimento, como documentado na Declaração Mundial sobre Educação para Todos da ONU, reforçam o argumento de que nas últimas duas décadas houve uma forte expansão da educação superior no país:

:

Reconhecendo que uma educação básica adequada é fundamental para fortalecer os níveis superiores de educação e de ensino, a formação científica e tecnológica e, por conseguinte, para alcançar um desenvolvimento autônomo. (ONU, 1990).

Segundo Macebo *et. al.* (2015), o número crescente de instituições de ensino superior privadas, que têm em sua finalidade a lucratividade, e determinadas ações do governo federal entre os anos de 2003 e 2016, demandaram a abertura de mais vagas, cursos e matrículas em instituições federais de ensino superior, seja através da reestruturação e ampliação destas instituições, ou na implantação/instalação de novos *campi*.

Ademais, o crescimento da modalidade do ensino à distância; a criação de programas voltados para o segmento da graduação, como: o <sup>5</sup>REUNI; <sup>6</sup>SINAES; <sup>7</sup>ProUni; <sup>8</sup>FIES; Programa de incentivo aos estudantes da graduação “Ciências sem Fronteiras<sup>9</sup>” entre outros, passaram a constituir uma nova sociedade, com a chegada e avanços da tecnologia visando estender o

---

<sup>5</sup> REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, criado pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007;

<sup>6</sup> SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, criado pela Lei nº 10.861/2004;

<sup>7</sup> PROUNI - Universidade Para Todos, criado pela Lei nº 11.096/2005;

<sup>8</sup> FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, criado pelo MEC em 1999.

<sup>9</sup> Programa Ciência sem Fronteiras - Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011

conhecimento acadêmico a regiões antes desprovidas de cursos de educação superior em áreas diversas e variadas.

Estas intervenções não somente abrangem a licenciatura como também ao bacharelado e cursos tecnológicos, os quais receberam uma atenção do governo federal entre os anos de 2014 e 2016, com a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e a Substituição do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) para Institutos Federais (IFs).

Todos estes acontecimentos, especificamente os relacionados a educação a distância, implicam em mudanças e democratização do acesso para uma parcela da população historicamente excluída da educação e fazem parte de um movimento de expansão que traduz, de forma crescente, o modo como o capital social busca ser valorizado no âmbito dos sistemas de educação superior (MACEBO *et. al.*, 2015).

Com o cuidado de manter-se fiel à temática, a dissertação constitui-se de cinco partes: introdução e três capítulos expositivos e argumentativos e a conclusão.

Na introdução, destacam-se o contexto da temática da investigação e seu recorte temporal, a justificativa da escolha do tema, o problema norteador, os objetivos e a metodologia para a realização do trabalho.

O capítulo seguinte versa sobre os aspectos relacionados à Educação Superior e ao histórico da sua implantação e expansão no Brasil, sua trajetória na Constituição Brasileira; o cenário do ensino superior na Região Nordeste do Brasil e no Estado da Bahia; e o contexto da Educação Superior no desenvolvimento social. Trata, especificamente, da política educacional e o planejamento como fulcro para uma educação superior de qualidade.

O terceiro capítulo tece considerações acerca do Planejamento Educacional na Bahia, com um recorte sincrônico entre o período dos anos trinta, (século XX), até os dias atuais, (século XXI), da expansão no nível de educação superior tanto na Bahia quanto no município de Jacobina; versa também sobre os planos de Educação Superior nas esferas estadual e municipal, dentro da pauta do Desenvolvimento Regional e Local, apresentando os marcos orientadores da política educacional, isto é, os instrumentos de planejamento: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das IES local e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

O quarto capítulo trata da caracterização do Território de Identidade do Piemonte da Chapada, especificamente do município sede que é a cidade de Jacobina e os seus aspectos socioeducacionais, apresentando uma análise dos dados empíricos da pesquisa das seis (6) Instituições de Ensino Superior instaladas na cidade;

O último capítulo traz a súmula do que foi produzido nos capítulos da dissertação: os objetivos, as questões traçadas para esta investigação e seus resultados.

Por fim, as referências, seguidas dos anexos.

## 2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL – HISTÓRICO DA SUA IMPLANTAÇÃO

O ensino superior profissional chegou ao Brasil no século XIX, com a implantação de faculdades e escolas estatais<sup>10</sup> nas cidades mais importantes da época, como: Salvador(BA), Rio de Janeiro (RJ), Olinda (PE), São Paulo (SP) e Ouro Preto (MG), trazendo os cursos: Medicina, em Salvador e Rio de Janeiro; Direito, em Olinda/Recife e São Paulo; Faculdade de Farmácia e Escola de Minas em Ouro Preto; Politécnica no Rio de Janeiro, que tinham orientação profissional voltada à classe elitista. De acordo com Oliven (2002), todas estas tinham como base o modelo das grandes escolas francesas, cuja didática estava mais direcionada ao ensino do que à pesquisa.

A chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil, em 1808, abriu as portas para a implantação das primeiras escolas de formação profissional, como: a de Anatomia e a de Cirurgia, (sendo essa a atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia - UFBA), a escola de Cirurgia e Anatomia (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) e a Academia de Guarda da Marinha, também na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, não havia interesse da Coroa Portuguesa em delegar a condução do ensino superior à direção da Igreja Católica, como era comum aos países latino-americanos e na Espanha (TRINDADE, 2000 *apud* DURHAM, 1998, p. 123).

Durante o período do Brasil Colônia, entre 1808 e 1889, era comum que os filhos da elite colonial portuguesa, nascidos no Brasil, mas considerados portugueses, fossem enviados para metrópole a fim de que estes recebessem a educação ora em seminários teológicos, ora nos colégios reais. Nestas escolas, os estudantes recebiam uma educação permeada com elementos do grego, a fim de serem enviados, posteriormente, para frequentar a Universidade de Coimbra, em Portugal (TRINDADE, 2002, p. 128).

---

<sup>10</sup> As escolas estatais são financiadas pelo Estado. A educação estatal, que é dada nas escolas e universidades públicas e que costuma ser de acesso gratuito.

O educador Anísio Teixeira afirmou:

A Universidade de Coimbra foi a “primeira universidade”: nela se graduaram, em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia, durante os primeiros três séculos de nossa história, mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil. (OLIVEN, 2002, p.123).

Trindade (2002) discorre sobre o desenvolvimento do ensino superior nas Américas, afirmando que os espanhóis transplantaram para o Caribe, já no início do século XVI, “a primeira universidade (Santo Domingo, 1538) inspirada no modelo de Salamanca e até fins do século XVII se constituiu uma rede de mais de uma dezena de instituições ‘públicas e católicas’. Estas escolas recebiam o aval e a benção papal para serem instituídas nas terras, em que eles (os espanhóis) tomavam em posseção. O Brasil destoa desse acontecimento, uma vez que até o início do século XIX ainda não possuía instituições de ensino superior em seu território, vindo a ocorrer de forma tardia, quase três séculos depois.

Enquanto isto, as propostas apresentadas à corte imperial, para a criação de uma universidade brasileira, eram constantemente negadas, uma vez que a Universidade de Coimbra se opunha em ser substituída por uma instituição do ‘novo mundo’, ou em outras palavras, do jovem país brasileiro.

Figura 1 – Faculdade de Medicina da Bahia



Fonte: Guia Geográfico Bahia.

A primeira universidade brasileira foi implantada na década de 1930, 41 anos após a Proclamação da República, em 1889. De acordo com Santos e Cerqueira (2009), entre este período de 1889 a 1930, a Carta Magna permitiu a descentralização do ensino superior e, assim, o aparecimento de novas instituições, tanto as de caráter público (estaduais e municipais), como as da iniciativa privada. Ainda assim, neste período, o modelo de escolas encarregadas na formação profissional, em sua maioria privada, prevaleceu sobre as 30 tentativas de criação de universidades solicitadas, tanto pelos Jesuítas (1592) como pelos inconfidentes (1789) (TEIXEIRA, 2005, p. 171).

Em 1981, o Brasil já possuía 65 universidades, sete delas com mais de 20.000 alunos. O número de faculdades e/ou estabelecimentos de ensino superior já ultrapassava 800 unidades, todas com ênfase no ensino e não da pesquisa, como contemplava o “modelo napoleônico”<sup>11</sup>. No entanto, foi o setor público o responsável pela introdução às atividades de pesquisas e da pós-graduação, num importante movimento de modernização do sistema universitário brasileiro. Segundo Oliven (2002), neste mesmo período, foram criadas 9 universidades religiosas: 8 católicas e 1 presbiteriana.

Com o advento da Nova República, a partir de 1985 foram criadas 22 universidades federais, constituindo os sistemas de universidades públicas. Assim sendo, cada unidade federativa do país passou a ter, em suas respectivas capitais, uma universidade pública federal.

## 2.1 A CRONOLOGIA DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

No período monárquico, entre 1808 e 1889, com a chegada da Coroa Portuguesa no Brasil, foram implantadas as primeiras Escolas de Formação Profissional (EFP), sendo estas: EFP em Cirurgia e Anatomia, na cidade de

---

<sup>11</sup> Modelo voltado para a formação profissional sob controle do Estado, que separa o ensino da pesquisa científica.

Salvador, Bahia; EFP em Cirurgia e Anatomia, no rio de Janeiro e a Academia de Guarda Marinha, também da cidade do Rio de Janeiro.

Durante o período que vigorou a Primeira República, entre 1889 até 1930, ocorreu a descentralização do ensino superior e logo surgiram as primeiras instituições de ensino superior, através da iniciativa privada e pública (DURHAM, 2003)

O período da Era Vargas com a implantação do Estado Novo, compreendido entre os anos de 1930 até 1945, surgiram as disputas pela hegemonia do ensino superior que originou a Primeira Reforma e modernização do ensino, caracterizada pela implantação das três primeiras universidades brasileiras, a saber: a Universidade Nacional do Rio de Janeiro (federal); a Universidade do Distrito Federal, também localizada no Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo, de caráter Confessional, pioneira na introdução da Pesquisa Científica no país.

No início da década de 1930, já se contabilizava cerca de 18.986 matriculados nas IES públicas e 14.737 matriculados nas IES privadas, perfazendo um total de 33.723 alunos matriculados na graduação. Ao final do Governo Vargas, o número de matriculados na graduação chegara a 40.975. (INEP, 2010). Em 1934 ocorreu a Promulgação da Constituição Federal Brasileira e logo depois a Criação do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação.

Entre 1945 e 1964, período considerado Democrático ou Liberal, foram criadas universidades públicas e privadas. Neste período diversos conflitos entre estudantes e Estado deram origem ao Movimento Estudantil, que derivou a Organização da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Em 1961, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Com a expansão do ensino superior, o número de universidades criadas, entre públicas e privadas, era de 28. Neste período, o alunado deu um salto de

40.975 para 101.691, sendo 58,6% matriculados em IES públicas e 41,4% em IES privadas.

Entre 1964 e 1980 o Brasil viveu o período da Ditadura Militar, e neste período o país vivenciou: a Reformulação e modernização do ensino superior; a criação da primeira agência de fomento à pesquisa no Estado de São Paulo – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), que implantou o programa de bolsas e financiou a criação dos cursos de Pós-graduação, cujo objetivo era a formação de mestres e doutores para as universidades; o Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), cujo objetivo era financiamento de bolsas de estudos para mestres e doutores tanto no Brasil como no exterior (FERREIRA, 2015).

Do início do Regime Militar até o final da década de 1970, o número de matriculados nas universidades era de 425.478 saltando para 1.377.286 na década seguinte, 1980. Neste período, já estavam implantadas 65 universidades, entre públicas e privadas e inclusão de 11 faculdades integradas, sendo 1 pública e 10 da iniciativa privada. Ao final da década, foi criado o Crédito Educativo.

Passado o período da ditadura militar, na década de 1980 o Brasil vivencia a Redemocratização da República e em 1984 surge o movimento Diretas Já que mobilizou milhões de brasileiros que pediam eleições diretas para presidente.

Em 1985, a Câmara elegeu o primeiro presidente, o Sr. Tancredo Neves que não chega a tomar posse, falecendo vítima de infecção hospitalar. O vice José Sarney assume. No seu governo, é promulgada a Constituição de 1988. O documento reinstalou o Estado democrático e a república presidencialista (KOIFMAN, p. 103, 2002).

Em 1989, foi eleito Fernando Collor de Melo, na primeira eleição direta para a Presidência da República, que em 1992 sofre o primeiro *impeachment*<sup>12</sup> da história dos presidentes do Brasil.

Na década de 1990 dá-se o crescimento acelerado dos alunos na graduação, que decai com os altos índices de repetência e evasão escolar no ensino básico. É nesta década que se contabiliza o crescimento de Faculdade Integradas, bem como a expansão de universidades particulares. Ao final da década de 1990, o total de matriculados no ensino superior era de 1.540.080 nas IES públicas e particulares (INEP, 2010).

Entre 1995 e 2002, o Brasil é presidido por Fernando Henrique Cardoso (FHC) e durante seu governo ocorre a ampliação dos programas de capacitação docente. Neste período, o crescimento do ensino superior no setor privado, é bem maior se comparado com a década anterior. No entanto, em comparação do com a década anterior, o ensino superior na rede pública apresenta crescente queda.

Com o aumento do percentual de docentes com titulação de Mestre e/ou Doutor, a nova LDB/1996 definiu que: as universidades e faculdades precisariam comprovar a sua produção científica para obtenção do credenciamento, reconhecimento e reconhecimento dos cursos, de forma periódica. A LDB/1996 também definiu uma nova categoria de estabelecimentos de ensino superior: Centros Universitários, cuja pesquisa científica não é uma exigência, mas a excelência do ensino, com autonomia para criação de novos cursos e ampliação de vagas (LIMA, 2012).

---

<sup>12</sup> Impeachment - é uma palavra de origem inglesa que significa "impedimento" ou "impugnação", utilizada como um modelo de processo instaurado contra altas autoridades governamentais acusadas de infringir os seus deveres funcionais.

Ao final de 1990, foi criado o Exame Nacional de Cursos, conhecido como “Provão” que, inicialmente, avaliava os cursos de Administração, Direito e Engenharia. No início da década de 2000, o Provão já avaliava 20 cursos.

Com a reformulação do crédito educativo, este é substituído pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Ao final do governo, em 2002 o número de matriculados no ensino superior era de 3.520.627, nas IES públicas e particulares (INEP, 2010).

No período do governo de Luís Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, foi criada o Grupo de Trabalho Interministerial (GT), responsável pela reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Outras ações voltadas ao ensino foram implementadas durante a sua gestão, como: a Criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); a Criação do Programa Universidade Para Todos (ProUni); a Aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e o Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT).

A substituição do Provão pelo Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE), se deu logo após a instituição do SINAES, em 2004, e até o final do seu mandato foram criados outros programas de cooperação, voltados às relações internacionais e de articulação entre a educação superior e a educação básica (LIMA, 2012).

Santos e Cerqueira (2009), descrevem que o governo de Dilma Rousseff, compreendido entre 2010 e 2016, foi uma continuação dos projetos iniciados pelo governo anterior ao seu, com a expansão da interiorização das universidades federais organizadas por *multicampi*, como também a implantação do programa “Ciências sem Fronteiras”; a Criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); a Substituição do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) por Institutos Federais (IFs) e a expansão do FIES para financiamento da educação profissional através do FIES – Empresa.

### 2.1.1 A modernização política do ensino superior no Brasil

Ainda sob a proposta do neoliberalismo no Brasil, na década de 1990, as ações políticas e as reformas educacionais se intensificaram lançando a nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social. Benevides (1996) afirma, citando Bobbio e Mougnotte que, para que uma democracia persista de forma apropriada para a formação de cidadãos democráticos, é preciso que o Estado invista na formação de educadores para o povo, promovendo um resultado satisfatório para o seu desenvolvimento, tendo a participação da política e da sociedade para este fim.

Política e educação andam juntas para que o processo possa caminhar adequadamente, desse modo, a política coloca em prática os objetivos da educação: ensinar, aprender, fazer e ser.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), foi implantado o processo de “modernização” conservadora, cuja ênfase está na racionalidade administrativa e eficácia quantitativa. Ferreira (2012) afirma que o governo de FHC foi favorecido por medidas adotadas nos governos que o antecede, ou seja, desde Getúlio Vargas até o seu antecessor Itamar Franco, no que concerne a política do Ministério da Educação (MEC), com a extinção do Conselho Federal de Educação (CFE) e a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE)<sup>13</sup>, delegando ao setor privado maiores responsabilidades sobre a expansão da educação superior, tudo isto visando a abertura da economia e a inserção da Ciência e Tecnologia no processo de globalização do país.

Neste período surge o programa de crédito educativo, como sendo um instrumento fundamental para a sobrevivência de parte significativa de setor privado. Operacionalizado pela Caixa Econômica Federal com recursos provenientes da loteria federal e do orçamento do MEC, o FIES é destinado a

---

<sup>13</sup> CNE - instituído por força da Portaria MEC nº 1.306 de 02/09/1999.

financiar o curso de graduação de estudantes que não têm condições de arcar de forma integral com os custos de sua formação. Para conseguir o crédito, o aluno precisa estar regularmente matriculado em IES não gratuitas, e a IES precisa estar cadastrada no programa e ser aprovada pelo MEC.

Conforme determina a Lei no 10.260/2001, o crédito oriundo do FIES é feito em títulos da dívida pública – certificados financeiros do Tesouro que podem ser utilizados exclusivamente para quitação de obrigações junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (Brasil, 2001).

Desde 2005, o FIES passou a financiar 50% do valor da mensalidade que é repassado diretamente às IES. O valor não financiado é pago diretamente às IES pelo estudante. O FIES também passou a conceder financiamento aos estudantes selecionados pelo ProUni para recebimento da bolsa parcial de 50%, regularmente matriculados em cursos de graduação. O FIES pode ser utilizado por estes estudantes para pagamento de 25% do valor da mensalidade (Brasil, 2008).

A despeito disto, o número de instituições de educação superior no setor privado no país cresceu, entretanto, isto não significou que houve acessibilidade bem como qualidade no ensino fundamental, que fundamentasse o ingresso ao nível superior.

Em 1995, o Banco Mundial apresentou, no documento “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia”, as seguintes recomendações para a educação superior:

- 1) privatização desse nível de ensino, sobretudo em países como o Brasil, que não conseguiram estabelecer políticas de expansão das oportunidades educacionais pautadas pela garantia de acesso e equidade ao ensino fundamental, bem como, pela garantia de um padrão de qualidade a esse nível de ensino;
- 2) estímulo à implementação de novas formas de regulação e gestão das instituições estatais, que permitam alterações e arranjos jurídico-institucionais, visando a busca de novas fontes de recursos junto a iniciativa privada sob o argumento da necessária diversificação das fontes de recursos;
- 3) aplicação de recursos públicos nas instituições privadas;

- 4) *eliminação de gastos com políticas compensatórias (moradia, alimentação);*  
 5) *diversificação do ensino superior, por meio do incremento à expansão do número de instituições não universitárias.* (BANCO MUNDIAL, 1995, p.370).

De acordo com Ferreira (2012), com a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), um novo ordenamento jurídico provocou diversas modificações na esfera da educação superior, como: a existência de instituições de ensino superior públicas ou privadas, com diversidade de graus de abrangência ou especialização (art. 45 da LDB); a distinção entre as IES públicas (Federais, Estaduais e Municipais), IES privadas sem fins lucrativos (Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas) e IES privadas com fins lucrativos ou Particulares em sentido estrito (Decreto nº 2.306/1997) e o parágrafo único do art. 52 da LDB:

**Art. 52.** As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

**Parágrafo único.** É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. (LDB, 1996).

Diferente do governo de FHC, no governo do presidente Luís Inácio 'Lula' da Silva (2003 – 2010), a reforma da educação tomou outros rumos. Se FHC procurou a ruptura com as políticas para a educação, Lula optou pela promulgação de lei e decretos que garantiram maior continuidade do processo de financiamento de implantação de instituições privada e federais de educação superior durante o período de 2004 a 2006, com a liberação de aumento de recursos públicos para estas instituições, bem como a contratação de novos professores e servidores técnico-administrativos, como também a expansão dos *campi* situados no interior dos Estados.

O governo de Dilma Rousseff (2010 – 2016) deu continuidade nos programas implantados na gestão Lula, como o ProUni e o Reuni, objetivando a

expansão da educação superior com a construção de outras 4 novas universidades federais, criação de 47 novos *campi* universitários e 208 novos institutos federais de educação superior, tudo isto com vista a alcançar municípios populosos com baixa renda do PIB, promover a formação de profissionais para o desenvolvimento regional, acelerar o engajamento da participação política para, juntamente com a universidade, reduzir as taxas de iniquidades sociais e miserabilidade. Foi também, durante o seu governo que foi implantando o programa “Ciência Sem Fronteira”, dando oportunidade a jovens estudantes e professores de realizarem seus estudos, por meio da concessão de bolsas, em universidades estrangeiras (FERREIRA, 2012).

Nestes três últimos governos, foram realizadas propostas para reformas sociais através da política de estabilidade do crescimento econômico da nação, embora tenha sido, nos governos de Lula e Dilma, maior percepção de reformas voltadas para as políticas sociais. Observando pelo lado econômico, Fernandes (2009) reconhece que as Instituições de Ensino Superior (IES) são não apenas centros de aprendizagem, pesquisa e inovação, mas, também, importantes mecanismos de desenvolvimento e crescimento econômico regional, tornando-se críticas para o seu sucesso futuro e que estas IES geram importantes benefícios monetários para a economia na qual estão inseridas e para os governos que as financiam.

Para Baumgartner (2010), a ciência e a tecnologia são vistas como condição de possibilidade de manutenção e reprodução da sociedade, bem como fonte de legitimação ideológica. O autor enfatiza a criação de grandes centros de pesquisa estatais que viabilizam a socialização dos altos custos de desenvolvimento de pesquisa e tecnologia, fundamentais para a manutenção e crescimento da reprodução ampliada do capital econômico. Sobre isto, ele afirma:

Ciência, tecnologia e inovação afirmam-se, cada vez mais, como o motor da grande competição em torno da supremacia econômica, da busca do progresso, e do desenvolvimento econômico e social. (BAUMGARTNER, 2010, p. 8).

Ainda segundo Baumgartner (2010), a falta de mediação entre a universidade e a sociedade promove um retrocesso no que tange às resoluções de problemas sociais, uma vez que muito do que se produz sobre conhecimento estratégico nas instituições de pesquisa fica restrita às bibliotecas ou circulando entre os meios acadêmicos, pouco acessados pelo público.

A aproximação entre a produção científica e tecnológica, a despeito do senso comum que envolve a inclusão social, econômica e política, ainda é pequena e depende do apoio político para que ocorra de forma ampla e acessível à sociedade, uma vez que os temas relacionados à ciência, à tecnologia e a sustentabilidade têm conquistado uma importância crescente na atual globalização. A acessibilidade ao conhecimento entre grupos sociais, no entanto, configura um desafio para a democracia no que tange à inclusão social e à competitividade global (NEVES et al, 2008).

Sobre a globalização, essa se caracteriza como um efeito irreversível, já consolidada no mundo e por conseguinte evidencia o conflito entre grupos sociais e Estado. No entanto, não há um consenso entre os estudiosos sobre as benesses e os conflitos gerados por ela.

Para o sociólogo polonês, Zygmunt Bauman, a globalização pode causar contradições sociais, em que os próprios indivíduos são culpabilizados pela sua exclusão do sistema, e as sociedades periféricas são consideradas as principais responsáveis pela sua situação de “atraso”, fazendo com que isto signifique uma fragilização do Estados Nacionais e a separação entre poder (econômico e transacional) e política (pública e local) (GIDDENS, 1991, p. 98).

Para Giddens (1991), a globalização significa:

A intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distante de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa. (GIDDENS, 1991, p. 116)

No contexto da Educação, ainda há questões que envolvem disparidades, sejam no âmbito regional como intrarregional, onde os recursos destinados às pesquisas no campo das ciências humanas e sociais ainda são precárias, haja vista a dificuldade em obtenção de bolsas de estudos e outros suprimentos, inclusive no campo da infraestrutura e sucateamento das universidades públicas, que tornam expostas a falta de articulação entre os ministérios: da Educação e o da Ciência e Tecnologia, fato que atinge inclusive a pós-graduação na qualificação de pesquisadores, fazendo surgir uma nova categoria de pesquisadores: “os sem recursos” (BAUMGARTER, 2010, p.117).

Outros aspectos dificultam o ingresso do estudante de baixa renda à educação, tanto a básica quanto à formação profissional, a respeito da oferta de cursos no período noturno, bem como a distância entre onde mora e o local de ensino, fatores que pesam na escolha entre trabalhar e estudar.

A importância do papel da educação na formação do sujeito e na sua atuação positiva perante a sociedade cumpre o propósito de tornar o indivíduo socialmente ativo e independente, fazendo dele um cidadão capaz bem como politicamente atuante no cenário atual, uma vez que o Estado tem participação direta neste processo. Neste contexto, vemos os direitos sociais elencados nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988:

**Art. 205** – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 206-** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;  
III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;  
IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
V- valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;  
VI- gestão democrática do ensino público, na forma da lei;  
VII- garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988).

Neste cenário, surgem as políticas públicas educacionais, enquanto planejamento e atuação estatal, no sentido de implementar os fins constitucionais para um desenvolvimento local e regional. O direito à educação, enquanto direito social, é também norteador da atividade interpretativa e das medidas adotadas para atender aos fins relacionados à ordem social de um Estado Democrático de Direito.

A igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola deve ser compreendida como direito público subjetivo ao ensino obrigatório e gratuito. A liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber devem ser observados em função da investigação e pesquisa promovida pelas universidades (BOAVENTURA, 1997, p. 221).

Boaventura (1997) afirma que o Brasil possui sistemas de ensino por meio de uma organização educacional que se relaciona com os entes políticos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), onde cada um deles tem suas atribuições e competências específicas no que toca aos sistemas de ensino, entendido como um conjunto de instituições educacionais e de normas vinculadas a determinada esfera da administração, seja a União, estados e ou municípios.

É nesta composição que se destaca o sistema federal de ensino para a educação superior, incluindo as escolas de formação técnica cujo objetivo é a formação profissional e a preparação dos alunos para acesso ao trabalho, bem como os centros de formação tecnológica, conhecidos como Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs). Um caminho inverso, portanto, ao sentido de educação tecnológica enquanto base ou fundamento científico das diferentes técnicas e de formação humana nos campos social, político e cultural (FRIGOTTO, 2007, p. 1140).

O sistema estadual, além de atender as necessidades, no que tange desde a procura de creches, pré-escolas, escolas fundamentais, colégios de ensino médio, também atua com a implantação de faculdades e universidades e ensino de pós-graduação. Dessa forma, os sistemas estaduais participam do

processo de desenvolvimento educacional de forma completa ou integral. Tudo indica ser essa uma função importante dos sistemas estaduais: servir de equilíbrio dinâmico do próprio sistema de educação como um todo (BOAVENTURA, 1997, p. 222).

## 2.2 O CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Nestes quase dois séculos da implantação do ensino superior no Brasil, muito foi feito para que o conhecimento fosse acessível a todos, embora este acesso tenha sido mais expressivo ao final do século XX, sob lutas, discussões, reformulações e decretos. Vale ressaltar que, em se tratando de lucratividade por parte de empresários das instituições privadas de ensino, desde o fundamental, médio e superior, os compromissos com a educação nem sempre foram a prioridade. Para Durham (2003), o interesse na qualidade da formação oferecida aos estudantes quase sempre é secundário.

Concernente às regiões do Norte e Nordeste do Brasil, as demandas correlatas à formação educacional, seja promovida pelo setor privado, quanto pelo público, foram relativamente pequenas. Sobre isto, vale lembrar que os dados estatísticos oficiais a respeito da educação deram início a partir da década de 1950, quando o Professor Anísio Teixeira assumiu a direção o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), cuja finalidade inicial entre os anos de 1937 e 1952 era:

Organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do País e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos. (LOURENÇO FILHO, 2007, p. 4).

Atualmente, o principal objetivo do INEP é: “subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional, a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e

confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.” (INEP, 2010).

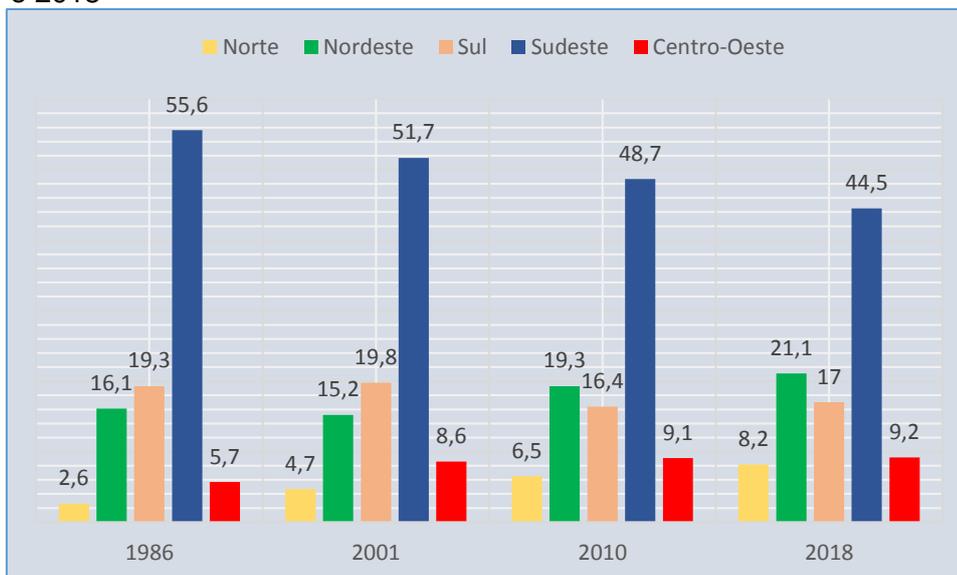
O crescimento de matrículas em cursos do ensino superior na modalidade presencial, entre os anos de 1986 até 2000 e de 2001 a 2018, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, se mostra gradativo, especificamente na região Nordeste, de acordo com as estatísticas e sinopses apresentadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e INEP (1990, 2000, 2010, 2018).

Dados atuais mostram uma estagnação no crescimento, conforme revela a sinopse estatística do INEP de 2018, cujo número de jovens entre a idade de 18 e 24 anos matriculados em cursos presenciais da graduação no Brasil é de 8.450.755.

Na região sudeste, apesar do número de matriculados em 2018 ser maior que em 2010, o percentual diminuiu com relação ao total geral de matriculados em 2018. Não obstante, a região nordeste apresentou um crescimento de 21,1% em 2018 frente a 19,3% em 2010, ou seja, houve um acréscimo de 1,8%.

Resumidamente, o gráfico demonstrativo do crescimento de matrícula no ensino superior entre os anos de 1986 a 2018, por todas as regiões do Brasil, se apresenta da seguinte forma:

Gráfico 2 – Matrículas – Cursos presenciais por região geográfica entre 1986 e 2018

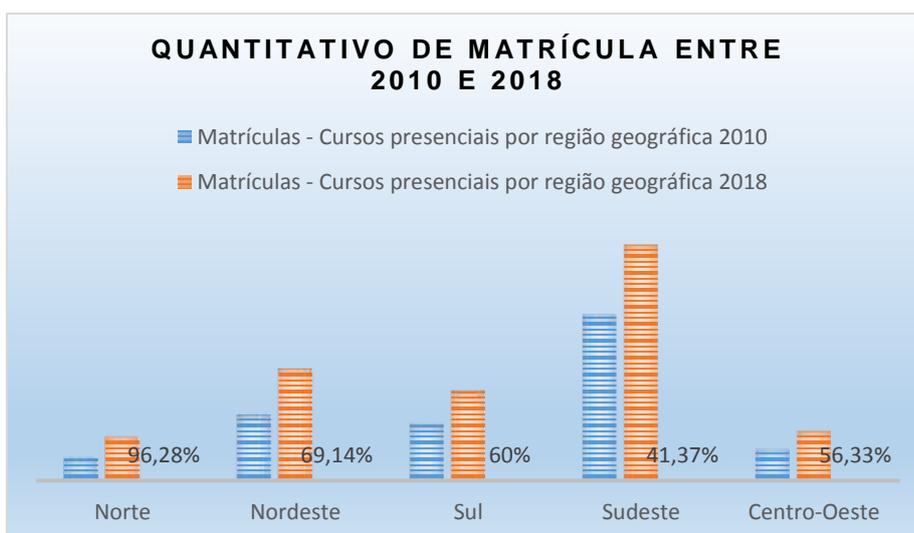


Fonte: MEC/INEP (2018).

Nota: Elaborado pela autora desta dissertação (2019).

Na última década, com a implementação de experiências e projetos de formação na modalidade de educação à distância, o número de novos entrantes nos cursos de graduação evidencia a evolução dos dados a respeito da Região Norte, cujo percentual quase dobrou entre 2010 e 2018, como mostra o gráfico:

Gráfico 3 – Quantitativo de matrículas entre 2010 e 2018

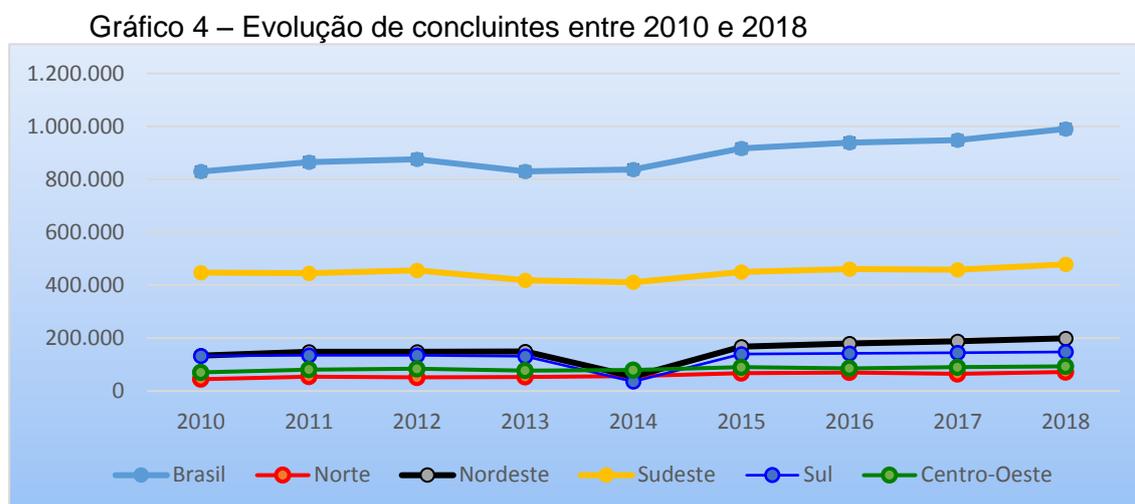


Fonte: MEC/INEP (2018).

Nota: Elaborado pela autora desta dissertação (2019).

Fonte: MEC/INEP - elaborado pela autora (2019)

Em contrapartida, os dados coletados pelo Inep sobre o número de concluintes, não se apresentam de forma tão esperada, se comparado ao número de ingressantes, como mostra o gráfico, abaixo:



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Sinopse Estatística do Ensino Superior- Graduação (2019).

Nota: Elaborado pela autora desta dissertação (2019).

Segundo Aguiar (2016), a relação socioeconômica e educacional promovida pela educação contribuiu para que o número de matriculados em instituições privadas de ensino superior em todo o território brasileiro, desde a implantação do ProUni, entre os anos de 2005 e 2010, desse um grande salto. Ao final de 2010, já se contabilizavam 748.788 estudantes bolsistas, destes mais de 116 mil estudantes estavam concluindo a graduação.

Neste contexto, Pereira *et. al.* (2018), discorre sobre o papel desempenhado pelo Estado a respeito da mercantilização em curso cuja proposta visa a inclusão social com favorecimento ao segmento privado de ensino superior. Todo o investimento em dinheiro destinado ao Prouni, mas especialmente ao FIES, foram formas de garantir o retorno financeiro das instituições que a esta proposta se incorporavam.

As instituições que aderiram aos programas de financiamento implementados pelo governo Federal receberam a isenção fiscal por intermédio do PROUNI, para abrirem 'vagas gratuitas' e, também, por meio do FIES cujos

empréstimos serão pagos pelos estudantes, após o término do curso – essas passaram a ser as principais opções de acesso à educação superior no país e as principais fontes de recursos das instituições (PEREIRA *et al*, 2018, p. 343).

Outro dado em destaque desta pesquisa é que 48% destes bolsistas são autodeclarados afrodescendentes. O alunado não é só de estudantes oriundos do ensino médio, como também de docentes que lecionam na rede pública de ensino, concorrendo, principalmente às vagas dos cursos de Pedagogia e Licenciatura.

Contudo, a expansão quantitativa do ensino superior brasileiro não beneficiou a população de baixa renda, que depende essencialmente do ensino público. A universidade pública expandiu-se no período compreendido entre 1930 e 1970, mas desse período até os dias atuais as políticas mercantilistas do ensino superior fortaleceram o setor privado, que hoje detém aproximadamente 90% das instituições e 70% do total de matrículas (INEP, 2004, p. 8-19).

### 2.3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Para o sociólogo e educador francês, Pierre Bourdieu, as perspectivas otimistas que predominavam até meados do século XX, de que as desigualdades escolares conferiam à escolarização um papel central na construção de uma nova sociedade, meritocrática, moderna e democrática baseada na autonomia individual seriam, de fato, atribuídas ao acesso do indivíduo à educação por meio da escola pública e gratuita, como forma de garantir a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos. Contudo, a esperada massificação do ensino no final da década de 50 e durante a década de 60 corroborou para que o ideal de desempenho escolar não se dava exclusivamente pela meritocracia do indivíduo, mas perpassava pelo capital cultural, advindo da sua origem social (NOGUEIRA, 2002, p.16).

Segundo Nogueira (2002) *apud* Bourdieu (1998), os indivíduos que ingressavam nas instituições de ensino competiam entre si, em condições iguais, porém, aqueles que se destacassem por meio dos méritos e dons individuais, avançariam em suas carreiras escolares e, conseqüentemente, viriam a ocupar as posições superiores na hierarquia social. No entanto, para Bourdieu, foram estas falsas promessas do sistema de ensino que causaram a frustração dos jovens das camadas médias e populares quanto ao baixo retorno social e econômico auferido pelos certificados escolares no mercado de trabalho (NOGUEIRA, 2000, p.17).

De acordo com Bourdieu (1998), o ideal de que a instituição de ensino deveria ser neutra, que difundiria um conhecimento racional e objetivo e que selecionaria seus alunos com base em critérios racionais, não se concretizou, uma vez que diante da frustração dos jovens estudantes, o que se evidenciou foi a reprodução e legitimação das desigualdades sociais, Nogueira (2002) escreveu:

Onde se via igualdade de oportunidades, meritocracia, justiça social, Bourdieu passa a ver reprodução e legitimação das desigualdades sociais. A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. (NOGUEIRA, 2002, p. 17).

Torres, (2003) afirma que a educação e aprendizagem não são um fim em si mesmas, mas são uma premissa na busca da melhoria de qualidade de vida para os indivíduos na perspectiva do desenvolvimento comunitário e nacional. Embora não sejam fatores suficientes para o alcance desses objetivos, é necessário que transformações das condições sociais, econômicas, culturais e políticas que ainda reproduzem a desigualdade social e a própria desigualdade educativa passem por mudanças no modelo político, econômico e social do país.

Para Torres (2003), as insatisfações com o sistema educacional e as reiteradas tentativas de reforma educacional, especificamente para o Brasil, destacam a evidência de uma proposta de política educativa mais avançada de

forma a integrar as diferentes noções de comunidade de aprendizagem que estejam centradas no desenvolvimento educacional e cultural, seja em nível local, como também, nacional e integral.

No processo de expansão do desenvolvimento, tudo passa pelas liberdades reais que as pessoas buscam e desfrutam, afirma Amartya Sen, sociólogo indiano, laureado com o Prêmio Nobel de Economia (1998). Para Sen, ainda que as tecnologias possam contribuir para a expansão dessa liberdade, outros fatores também contam como influenciadores, tais como: as questões do âmbito social e educacional, além dos serviços básicos de saúde. Questões de cunho civis não estão de fora, é preciso que todos tenham participação nas discussões correlatas às demandas públicas que dialogam com o desejo de extinção de privações de liberdades (SEN, 2018, p. 31).

Neste sentido, Colossi *et. al.* (2001), afirma que a liberdade no uso dos serviços públicos, como: saúde, educação, moradia, segurança, transporte, cultura e lazer, destinados ao desenvolvimento, está atrelada à proposta do progresso econômico local. Porém, os interesses mercadológicos estão acima destas necessidades, fazendo prevalecer os critérios econômicos a respeito da comercialização do ensino superior, apesar das mudanças e transformações sugeridas pela LDB/1996, quanto à manutenção da importância sobre a qualidade do ensino.

A educação superior é uma instituição social, cujo papel fundamental é formar a elite intelectual e científica da sociedade a que serve. Uma instituição social caracteriza-se pela estabilidade e durabilidade de sua missão. (COLOSSI *et. al.*, 2001, p. 51).

A educação, tal como definida na Lei de Diretrizes e Bases, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho (ENAP, 2018, p.10)

Neste contexto, o cenário atual com relação ao desenvolvimento educacional envolve a Tecnologia da Informação - TIC que fez surgir o modelo

da Educação à Distância – EaD<sup>14</sup>, como parte do processo da globalização. Este modelo funciona como uma ferramenta facilitadoras na busca pela formação profissional acessível, tanto para jovens como para adultos, não apenas no formato tradicional. Esta inovação passou a fazer parte do dia a dia do mundo pós-moderno e fez com que as instituições de ensino também se modificassem para não perder a capacidade de ensinar às novas gerações (SANTOS, 2002).

De acordo com Santos (2002), é preciso formar os estudantes para obter um lugar num mercado de trabalho afunilado onde, segundo ele, o saber prático tende a ocupar todo o espaço da escola, enquanto o saber filosófico é considerado como residual ou mesmo desnecessário, uma prática que em médio prazo ameaça a democracia, a República, a cidadania e a individualidade.

Para Santos (2002), a difusão acelerada de propostas que levam a uma profissionalização precoce, a fragmentação da formação e à educação oferecida segundo diferentes níveis de qualidade, mostram a situação em que a privatização do processo educativo pode constituir um modelo ideal para assegurar a anulação das conquistas sociais dos últimos séculos. “A escola deixará de ser o lugar de formação de verdadeiros cidadãos e tornar-se-á um celeiro de deficientes cívicos.” (SANTOS, 2002, p. 151).

---

<sup>14</sup> Educação a Distância - Artigo 1º da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996

### **3 EDUCAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO: A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA BAHIA**

#### **3.1 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA**

A profusão da pesquisa científica no país se deu após o período da II Guerra Mundial, com a vinda de cientistas pesquisadores e docentes de outros países, que chegaram à capital paulista, para a Universidade de São Paulo, provocando a busca pelo conhecimento científico por parte de jovens, que criaram um grupo de cientistas brasileiros, forçando assim a mudança para este nível, que não fosse somente a formação de professores (CAVALCANTE, 2000).

Entretanto, a reformulação dos objetivos, bem como mudanças na estrutura didática, acadêmica e administrativa da universidade brasileira só ocorreu efetivamente em 1968, com a Reforma Universitária pela Lei nº 5.540, cujos princípios como: racionalização, integração e flexibilidade visavam a busca por uma universidade, internamente, mais orgânica e, externamente, mais integrada. Neste período as universidades existentes no país representavam cerca de 12% do número de estabelecimentos destinados ao ensino superior. Até o final da década de 1970 os cursos ofertados eram o de Medicina, Engenharia, Direito, Academia de Belas Artes e Academia Real Militar (CAVALCANTE, 2000, p. 8).

A Escola de Cirurgia da Bahia foi instituída no período colonial, com a implantação do curso de Medicina, em 1808, porém foi no período do pós-guerra, entre 1939 e 1949, que passou a ser Universidade Federal da Bahia, tendo como seu reitor por 15 anos o médico diplomado, Dr. Edgar Santos.

De acordo com Cavalcante (2000), entre os anos de 1960 e 1974, em paralelo ao que ocorria no Estado da Bahia, no país como um todo as instituições de ensino superior cresceram 286%, o número de cursos por elas mantidos, 176%, e o número de alunos, 1.059%. No período de 1965 a 1972, o número de instituições públicas estabelecidas no país, saltou de 31 para 65.

Entre 1969 e 1974, a demanda por ensino superior – considerada em termos do número de inscritos nos concursos vestibulares – cresceu 237% e a oferta de vagas, 240%. O processo de expansão atingiu seu ponto mais alto em 1974 quando 63% das universidades eram públicas e 78% dos estabelecimentos isolados eram privados (CAVALCANTE, 2000, p. 9).

Em 1975, o número de estudantes nas universidades públicas e nos estabelecimentos isolados<sup>15</sup> era de 54% e 46% respectivamente, porém, com a criação de instituições de ensino superior na rede privada, na década seguinte este número sofreu uma inversão passando para 48% e 52% (CAVALCANTE, 2000, p. 10).

Para Cavalcante (2000), a capacidade das universidades em absorver maior número de matriculados na educação superior, no final da década de 1990, já mostrava grande diferença no total de alunos matriculados nelas, visto que em 1960, 62% dos alunos estavam matriculados em instituições públicas de ensino superior; em 1980 esse número baixou para 37%; em 1999 era de 39% contra 61% de matriculados nas instituições de ensino superior na rede privada. Tal análise demonstra a predominância da educação superior pelas instituições privadas (CAVALCANTE, 2000, p. 11).

Neste sentido, é importante que o Estado se empenhe no processo de disseminar a cultura da educação continuada, de forma a contribuir e investir no desenvolvimento econômico local como também no social, a fim de influenciar na comunidade uma procura mais efetiva pelos cursos de graduação, pós-graduação e/ou extensão. Estas ações transcorrem observando a questão geográfica, onde o impacto da educação superior impulse a atuação do indivíduo no território de identidade onde a Universidade deve estar inserida.

---

<sup>15</sup> Estabelecimentos Isolados, como opção transitória e de caráter experimental dentro da Reforma Universitária. Lei nº 5.540 de 28/11/68. Art. 2º O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.

A atual LDB, Lei nº 9.394/96, propõe uma reordenação do sistema educacional, no que tange o acesso ao ensino de nível superior de forma menos elitista. As mudanças sugeriram a obrigatoriedade por parte das instituições públicas de ofertarem cursos, também, no período noturno, instituir e regulamentar a educação na modalidade de ensino à distância. Para esta finalidade, foi criado o programa <sup>16</sup>Universidade Aberta do Brasil (UAB) articulado entre governo federal e entes federativos, no apoio às instituições públicas de ensino superior para oferecerem cursos de nível superior e de pós-graduação por meio do uso da modalidade de educação a distância (RANGEL, 2005, p. 125).

Atualmente, a abrangência que a educação superior tem promovido, no que se refere a formação de profissionais qualificados, tecnicamente capacitados e socialmente críticos, está na arte do conhecimento que foi adquirido na participação do cidadão para o desenvolvimento local ressaltando que, estatisticamente, grande parte desta abrangência advém das instituições de ensino superior privadas, responsáveis pela atual expansão universitária do país, mais fortemente na região sudeste (BRASIL/MEC, 2000).

Na Bahia, a expansão universitária ocorreu com a fundação da <sup>17</sup>Universidade Federal da Bahia – UFBA, em 1946. A partir daí, projetos e análises de implantação de novas IES começaram a ganhar forma, e em 1952 surgem algumas IES privadas, como a <sup>18</sup>Escola de Serviço Social da Bahia, a Faculdade Católica de Filosofia e a Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, que, posteriormente, foram integradas à <sup>19</sup>Universidade Católica do Salvador – UCSal, fundada em 1961 (BOAVENTURA, 2009, p. 45).

---

<sup>16</sup> UAB foi criado em 2005 e formalmente instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". (BRASIL, 2006).

<sup>17</sup> Universidade Federal da Bahia, constituída formalmente à universidade em 8 de abril de 1946 através do Decreto-Lei 9155.

<sup>18</sup> Em 1944, é fundada a Escola de Serviço Social da Bahia (integrando-se à Universidade Católica de Salvador em 1961).

<sup>19</sup> Universidade Católica de Salvador, criada pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 631, de 09 de outubro de 1961.

Segundo Boaventura (2009), foi na década de 60, que surgiram as primeiras faculdades privadas na Bahia, como a Faculdade de Educação da Bahia (FEBA)<sup>20</sup>, que se tornou conhecida como Faculdade Olga Mettig, sendo essa uma das pioneiras no gênero no país após a criação da primeira LDB de 1961, antecedida pela Escola Superior de Estatística da Bahia, de 1966.

Em 1972, foi implantada a Escola de Administração de Empresas da Bahia, que originou a Faculdade Salvador (FACS)<sup>21</sup>. Esta década merece destaque pela expansão da educação superior desde a capital baiana, seguindo para cidades de Feira de Santana, Alagoinhas, Jequié e Vitória da Conquista onde foram instaladas faculdades voltadas para a formação de professores, conhecidas como Faculdade de Formação de Professores (FFPs).

A educação superior pública tornou-se acessível às cidades do interior baiano com a criação da Universidade do Estado da Bahia, na década de 1980.

### 3.2 PLANEJAMENTO

Na Bahia, foi a partir de 1968 que o Governo do Estado propôs a organização espacial do ensino superior elaborando uma política de extensão universitária voltada ao desenvolvimento da educação superior por todo o Estado, observando a divisão por Regiões através da criação de distritos geoeducacionais (MIDLEJ, 2008, p. 3).

Sistematizada no Plano Integral de Educação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado (1968), Midlej (2008) afirma:

[...] através da localização territorial, a interiorização do ensino superior se deu, inicialmente, com a criação de núcleos universitários em cidades definidas como Centros de Polarização, que foram mapeados

---

<sup>20</sup> Faculdade de Educação da Bahia (FEBA) - Faculdade Olga Mettig Fundada e regulamentada pela Decreto nº 60.728 de 19/05/1967.

<sup>21</sup> Faculdade Salvador – Decreto Federal nº 70.886, de 28/7/1972.

sob critérios demográficos, sociais, geofísicos e econômicos. Desta forma, a expansão do ensino superior estaria vinculada, então, ao desenvolvimento regional, sob um esquema de hierarquia urbana (Ensino Superior nas “capitais regionais” e nos principais centros urbanos). (MIDDLEJ, 2008, p. 3).

A criação das universidades estaduais no interior baiano, embora tenha ocorrido em períodos distintos, tinha como finalidade a formação de docentes, ressaltando a sua importância para o desenvolvimento local e regional, consentindo, conforme o perfil de cada uma, a sua abrangência no atendimento das demandas de cada território em que foram instaladas e implantadas.

Segundo Cunha (2002), a implantação da educação superior estadual, leva em consideração o que alguns autores denominam da “singularidade baiana”. Cunha, ao referir-se a esse aspecto como ‘singularidade do caso baiano’, afirma ser essa expansão, uma peculiaridade da educação superior brasileira, numa referência à pequena efetividade na extensão de implantação de IES privadas, como ocorre no território brasileiro:

No final dos anos 60, quando em nível nacional, o crescimento das matrículas da rede de instituições federais e a expansão do setor privado davam novas características a esse sistema, o Estado da Bahia assumia uma singularidade com relação a esse aspecto, na medida em que o seu governo passava a empreender um movimento de expansão e interiorização da educação superior, como um traço marcante das suas políticas. (CUNHA, 2002, p.148).

Desta forma, o Governo Estadual da Bahia se tornou o ator que assumiu, para si, o movimento de expansão e interiorização da educação superior, desde a década de 1970 até os dias atuais (CUNHA, 2002, p. 77).

Segundo Santos (2011), durante o período em o que o professor Edivaldo Boaventura esteve à frente da Secretaria de Educação e Cultura da Bahia, no governo de Luiz Viana Filho (1971), existia uma relação de desconforto entre o governo e seus auxiliares sobre expandir a UFBA para a cidade de Feira de Santana.

A despeito disto, a situação não favorecia o avanço do projeto de *multicampia* como forma de atender as demandas sociais pela educação do Estado. Entretanto, foi durante a gestão de João Durval Carneiro (1983), que o

professor e dirigente da pós-graduação da UFBA, Edivaldo Machado Boaventura deu início à remodelagem da educação superior estadual, que já havia começado pela administração do Estado, como resultado da Lei Estadual nº 12 de 30 de dezembro de 1980, quando o governador da Bahia era o Sr. Antônio Carlos Magalhães e o Sr. Eraldo Tinoco Melo, o secretário da Educação e Cultura.

A Faculdade de Educação de Feira de Santana<sup>22</sup> já estava em funcionamento desde 1970, criada pela Lei nº 2.784, de 24 de janeiro de 1970, passando a ser Universidade Estadual de Feira de Santana uma década depois, em 1980, pela Lei Delegada nº 12/1980 e com ela a Universidade do Sudoeste e a Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia (SESEB), composta pelo Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA), e pelas Faculdades de Agronomia do Médio São Francisco, bem como pelas FFPs: Faculdades de Formação de Professores de: Alagoinhas, Jacobina e Santo Antônio de Jesus, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Caetité, todas estas de licenciaturas curtas.

Para Boaventura (2009), o desejo de levar a Universidade ao interior do Estado deu origem ao que chamou de projeto <sup>23</sup>*multicampi*, uma vez que a localização destas faculdades nos centros urbanos do interior baiano sugeriria a pluralidade da universidade:

[...] tinha bem presente em mente a maneira como se comportava a educação superior estadual em face do espaço, das exigências de formação de quadros, especialmente, para o ensino. Além de tudo, o que mais me motivava era voltar o ensino superior para o interior no atendimento à demanda de educação universitária nos principais centros urbanos da Bahia. (BOAVENTURA, 2009, p. 32).

Baseada nos moldes da Universidade da Califórnia e da Universidade do Estado de New York (*State University of New York*), em *Albany*, além da observação do funcionamento de *Penn State*, como uma universidade

---

<sup>22</sup> Universidade Estadual de Feira de Santana – criada em 1976, pela Lei Delegada nº 12/1980

<sup>23</sup> Multicampi - Universidade que se separa em vários campis, ou seja, em várias unidades.

*multicampi*, que cobre todo o território da *Commonwealth*<sup>24</sup>, o então secretário da Educação, Edivaldo Boaventura, entendeu que a forma *multicampi* é a que melhor dialoga com as esferas estaduais, permitindo desta forma a economia de meios.

No Brasil, as universidades que já atuavam neste modelo multipolar eram as universidades paulistas: Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Todas três com pluralidade de *campi* (BOAVENTURA, 2009, p. 33).

### 3.2.1 A criação e implantação da UNEB na capital e no interior baiano

A criação da <sup>25</sup>UNEB teve a contribuição de reitores e professores nas IES em que ela se espelhou, como o professor Alírio Fernando Barbosa de Souza, doutor em Educação Superior pela *The Pennsylvania State University* e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o reitor Armando Otávio Ramos, da Unesp, e o reitor Gilles Boulet, da Universidade do Québec (BOAVENTURA, 2009, p. 22).

Sobre a nomenclatura, Boaventura (2009) diz:

A sigla “UNEB” foi uma sugestão de Alírio. Houve, aliás, duas sugestões: UNEB e UEB. Esta consagrava a entidade máxima dos estudantes baianos, a inesquecível União dos Estudantes da Bahia. UNEB era mais aconselhável universitariamente e se aproximava mais do seu modelo paulista, a UNESP. (BOAVENTURA, 2009, p. 67).

A criação da UNEB foi uma estratégia para integrar os núcleos de formação pedagógica que já existiam, como as <sup>26</sup>FFP's cujo cursos ofertados eram os de: Licenciatura (curta) em Letras, Estudos Sociais e Ciências e Matemática.

---

<sup>24</sup> Commonwealth - (**Comunidade das Nações**) é um grupo organizado por diversos governos e formado por cinquenta e quatro nações independentes.

<sup>25</sup> Universidade do Estado da Bahia, criada pela Lei Delegada n.º 66, de 1º de junho de 1983.

<sup>26</sup> FFP – Faculdade de Formação de Professores.

A ênfase para que estes cursos fossem ofertados foi em decorrência da imposição constitucional de garantir o acesso à educação básica, em que estados e municípios precisavam investir na formação docente para fins de preparo dos estudantes nas escolas públicas. Estes fatores aceleraram o processo de criação de entidades de nível superior para atender a demanda educacional, bem como às necessidades sociais e econômicas causadas pela formação e qualificação de quadros profissionais. Este movimento começou na década de 1960 e foi consolidado no final da década de 1990 (BAHIA. 1998).

Assim, em 1º de março de 1983, o professor e então Secretário da Educação e Cultura do Estado da Bahia, Edivaldo Boaventura, anunciava a concepção de uma universidade *multicampi* para a Bahia, considerando os seguintes fatores:

- 1 - um sistema estadual de educação para ser completo há de possuir todos os níveis e tipos de ensino, indo do infantil às instâncias superiores da pós-graduação;
- 2 - uma educação superior estadual há de se organizar regionalmente, confirmando a identidade cultural, em unicampus e *multicampi*;
- 3 - uma faculdade ou universidade, pelas exigências próprias à condição mesma da educação superior, concentra laboratórios, bibliotecas e equipamentos, que mudam e enriquecem a vida cultural de uma comunidade urbana do interior como fator do progresso. (BOAVENTURA, 1987, p. 82).

No entanto, para efetivação do projeto de universidade *multicampi*, o Plano de Educação e Cultura da Bahia (1984-1987), no governo João Durval Carneiro, priorizou a interiorização da educação superior:

A expansão e consolidação da educação superior na esfera estadual se processarão, por um lado, num movimento de interiorização, desconcentrando suas unidades de ensino, adequando-o às variações e especificidades da relação oferta/aluno de cada região. Por outro lado, num sentido mais quantitativo, pretende-se uma reorientação da oferta de modo a se privilegiar a formação de professores de 1º grau, em especial para aquelas áreas mais carentes como pré-escolar, alfabetização de crianças e adultos e educação continuada. (BAHIA, 1984, p. 92).

O histórico resumido, de como ocorreu o planejamento de implantação das Universidades Estaduais na Bahia, é mostrado no quadro, abaixo:

Quadro 1 – Implantação da Educação Superior na Bahia e interior

<b>PERÍODO</b>	<b>GOVERNO</b>	<b>AÇÕES</b>
1967 - 1971	Luiz Viana Filho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação das Faculdades de Formação de Licenciados de 1º Ciclo no Interior;</li> <li>- Instalação da Faculdade de Educação de Feira de Santana;</li> <li>- Criação da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna - <sup>27</sup>FESPI;</li> <li>- Implantação de uma Escola Superior de Educação Física no Estado, sediada em Salvador;</li> <li>- Equipamento e ampliação da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (Famesf).</li> </ul>
1971-1975; 1979-1983;	Antonio Carlos Magalhães	Contando com problemas de carências de corpo docente, o Programa de Graduação e Pesquisa em Educação e Mestrado, da UFBA, encarregou-se de ministrar um Curso de Especialização de Conteúdos e Métodos de Ensino Superior, curso coordenado pelos professores Giselda Santana Moraes e Hermes Teixeira de Melo.
1975-1979	Roberto Santos	Completando o número de cursos, aumentaram-se novas unidades de educação superior nos municípios, construindo e consolidando a Universidade Estadual de Feira de Santana e ajudando o crescimento desta corporação na fase de fundação
1983 - 1987	João Durval Carneiro	<p>A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), já existente enquanto Faculdade de Educação desde 1970, pela Lei nº 2.784, de 24 de janeiro de 1970 é autorizada a funcionar, em 1976, e alterada pelo Conselho Federal de Educação - Lei Delegada nº 12 de 30 de dezembro de 1980;</p> <p>A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), integrada pela Faculdade de Formação de Professores e Escola de Administração de Vitória da Conquista, bem assim, pela Faculdade de Formação de Professores de Jequié e Escola de Zootecnia de Itapetinga é instituída pelo Decreto nº 27.450, de 12/08/80;</p> <p>A Criação da Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia (Seseb), composta pelo Centro de Educação Técnica da Bahia e pelas faculdades dos municípios;</p> <p>Com a criação da Universidade do Sudoeste, em 1980, a Bahia passou a contar com a segunda universidade pública estadual.</p> <p>Em 1983, surgiu a terceira: a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pela Lei Delegada n.º 66, de 1º de junho de 1983.</p>
1987-1991	Waldir Pires – Nilo Coelho	Em 1991, o governo incorporou a FESPI ao quadro das escolas públicas de 3º grau da Bahia, pela Lei 6.344 de 06/12/91 e assim foi instituída a quarta universidade baiana: a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Fonte: Bahia. Secretaria da Educação e Cultura (1998).

Nota: Elaborado pela autora desta dissertação (2019).

<sup>27</sup> Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna – criada pelo parecer do Conselho Federal de Educação 163/74

A faculdade e a universidade transformam-se em fatores de desenvolvimento local. No entanto, para que isto ocorresse, seria necessário atender alguns requisitos condicionais para que a disseminação da cultura educacional também estivesse voltada à pesquisa nestes locais interioranos.

Para Boaventura (2009), a faculdade instalada na comunidade interiorana deveria passar a centro universitário e, posteriormente, já integrada e madura, à condição de universidade. Os recursos que nela (universidade) se concentram, as atividades e interações que se criam, fazem com que a faculdade e a universidade se transformem em fatores de desenvolvimento local. Onde a Universidade chegou pelo interior do Estado, trouxe com ela a implantação de laboratórios de ciências e de computação e de bibliotecas, aparelhamentos que atestam a mudança na vida cultural de uma comunidade urbana.

Desta forma, durante o seu segundo mandato como secretário da Educação e Cultura da Bahia, em 1980, juntamente com o governo do Estado, o Professor Edivaldo Boaventura pôs em prática o projeto de expansão do ensino superior e sua interiorização com o objetivo de atender as necessidades e anseios educacionais e sociais do interiorano, preservando sua singularidade e heterogeneidades do território de identidade a que pertence, a fim de que não perdessem as características da sua própria identidade cultural (BAHIA, 1984, p. 92).

Em 1983, o governo da Bahia integrou a <sup>28</sup>SESEB e a Faculdade de Educação do Estado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), criada em 1º de junho de 1983 sob a Lei Delegada nº 66/1983 (CHAPANI, 2012, p.158).

Para Boaventura (1998), aproveitar a existências das faculdades localizadas nos centros urbanos do interior do Estado foi de grande importância

---

<sup>28</sup> SESEB - Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia: composta pelo Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba), em Salvador, e pelas Faculdades de Agronomia do Médio São Francisco, em Juazeiro, FFP de Alagoinhas, Jacobina e Santo Antônio de Jesus e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetitê.

para a criação de uma universidade com o caráter de *multicampi*, sendo esta a finalidade de implantação da UNEB pelo interior do Estado, promovendo o desenvolvimento social e educacional na formação e no aperfeiçoamento dos recursos humanos, da pesquisa e extensão, estimulando, dessa forma, a implantação de novos cursos e *campi* universitários nas regiões do Estado, conforme lei delegada n. 66, art. 1º, 2º e 3º:

Art. 1º - Fica criada, nos termos da Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, sob a forma de autarquia em regime especial, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, com personalidade jurídica de direito público, autonomia acadêmica, administrativa e financeira e patrimônio próprio.

Parágrafo único - A Universidade do Estado da Bahia, com sede e foro na Cidade do Salvador e jurisdição em todo o território do Estado, gozará das franquias e privilégios da administração centralizada.

Art. 2º - A UNEB tem por finalidade desenvolver, de forma harmônica e planejada, a educação superior, promovendo a formação, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, a pesquisa e extensão, bem como estimulando a implantação de cursos e *campi* universitários nas regiões do Estado, observadas as suas peculiaridades, bem como a legislação federal pertinente.

Art. 3º - A Universidade do Estado da Bahia - UNEB, estruturada sob a forma de um Sistema *Multicampi* de Educação Superior, fica constituída pelas seguintes unidades:

I - Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco;

II - Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas;

III - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro;

IV - Faculdade de Formação de Professores de Jacobina;

V - Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus;

VI - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetitê;

VII - Centro de Ensino Técnico da Bahia - CETEBA;

VIII - Faculdade de Educação da UNEB.

Parágrafo único - Integrarão a UNEB, mediante decreto, outras Unidades de Educação Superior implantadas ou que venham a ser instituídas pelo Poder Executivo (BAHIA, 1982).

Atualmente, o Estado da Bahia ainda conta com a presença das Universidades e Institutos Federais, espalhados nas diversas regiões, como: Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), localizada na cidade de Barreiras; Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), localizada

na cidade de Itabuna; Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), localizada na cidade de São Francisco do Conde e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA).

### 3.3 DESENVOLVIMENTO: CONCEITO E SEGMENTOS

Para Melo (2018), o conceito de desenvolvimento é tudo aquilo que, em si, pode tomar diferentes manifestações ou acontecer em diferentes campos da vida do Município, Estado ou País e que, tradicionalmente, está associado à geração de renda ou riqueza.

Por décadas, a distinção entre o que era desenvolvimento e o que era crescimento ainda não existia, mas isto durou até o início da década de 1960, período em que em muitas nações a riqueza era fruto da industrialização que nelas se implantara, tornando-as e desenvolvidas.

Segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE do ano de 1960, aproximadamente 74% da população vivia nas áreas rurais. Este percentual foi diminuindo gradativamente nas décadas seguinte: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Diferente dos países onde o processo de industrialização era incipiente ou nem mesmo existia, e eram caracterizados como subdesenvolvidos (VEIGA, 2005, p. 215).

Comparando à década de 2010, mais de 160 dos quase 200 milhões de habitantes do país (84,4%) viviam em áreas urbanas, enquanto menos de 30 milhões (15,6%) habitavam as áreas rurais (MELO, 2018, p.18).

Sobre a associação da palavra “desenvolvimento” com crescimento econômico, o professor de Economia, o austríaco Joseph Alois Schumpeter, em 1911, afirmou o seguinte:

Entenderemos por ‘desenvolvimento’, portanto apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há

tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. (MOTA; CALDAS, 2015, p. 387).

Para Schumpeter, o termo se conceitua da seguinte forma:

desenvolvimento pressupõe, sempre, a ocorrência de mudanças que surjam de dentro para fora do sistema, enquanto crescimento é apenas continuidade do processo, sem mudanças significativas ou descontinuidades. (MOTA; CALDAS, 2015, p. 38).

Para o economista Rister (2007), o conceito de desenvolvimento pode distinguido como uma evolução de um sistema social de produção à medida que este eleva a produtividade da força de trabalho, como também pode se referir ao grau de satisfação das necessidades humanas, tais como: alimentação, acesso à saúde pública, vestuário etc, e isto tem se tornando uma referência a um sistema de valores.

Esta concepção, conforme afirma Furtado (2013), está correlacionada aos estudos sobre o desenvolvimento e a pobreza, destacando a importância dos valores na teoria econômica (FURTADO, 2013, p. 18).

Para Sen (2007), o desenvolvimento é bem mais que economia e política, é, também, algo social e tem a ver com a liberdade de escolhas das pessoas sobre o que para elas é satisfatório.

A questão humana, de acordo com Sen (2009), é sobre como ele considera a qualidade de vida um fator fundamental do desenvolvimento em que não se baseia, somente, na esfera econômica, como o crescimento do PIB, por exemplo ou da renda real que proporciona aos indivíduos uma melhoria conectada à prosperidade como sendo o meio de qualificar a vida humana.

Parafraseando Amartya Sen, Rister (2007) afirma que é importante considerar as escolhas que o indivíduo possa fazer a partir de seus próprios valores, e uma dessas escolhas perpassa pela capacitação através da

educação, pelo saber ler e escrever, cursar uma universidade, desenvolver habilidades, estar no mundo (RISTER, 2007, p, 51).

Tais benefícios contribuem para o desenvolvimento e equidade social, diminuição da desigualdade e qualificação na participação do indivíduo inclusive à mesa das decisões políticas. Contudo, isto não está relacionado ao fim da pobreza, da dependência financeira e desigualdade social impostos aos países subdesenvolvidos perante os que consideram o modelo econômico capitalista a solução a ser copiada.

Foi a partir de 1981 que o direito ao desenvolvimento passou a ser estendido a todos os povos, com apresentação da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos (RISTER, 2007, p.53).

Por fim, Veiga (2005) resume o que pregam as três correntes de discussão sobre o que vem a ser desenvolvimento:

- desenvolvimento como crescimento econômico, que é considerada uma visão simplista, porém dominou a ideia de desenvolvimento por um longo período;
- desenvolvimento como ilusão, crença, mito, ou manipulação ideológica, que parte de uma visão mais antropológica e de uma discussão o papel do mito nas sociedades contemporâneas e;
- o chamado caminho do meio, que segundo o autor seria a alternativa mais difícil de explicar, e que de forma simplificada entende o desenvolvimento como crescimento econômico aliado a um projeto social subjacente. (VEIGA, 2005, p. 215).

Para Veiga (2005), enquanto o crescimento é uma mudança quantitativa, o desenvolvimento é uma mudança qualitativa.

Como visto, entre alguns autores a concepção da palavra “desenvolvimento” diverge a respeito do que eles priorizam como sendo a principal corrente. No entanto, tomando a afirmação de Brose (2000), seja qual for a adjetivação desta palavra, se no âmbito da perspectiva humana, local ou sustentável, a sua objetividade “depende de uma complexa, demorada e contínua interação e sinergia entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer.” (SILVA *et al*, 2019 *apud* BROSE, 2000, p.212).

Destarte, foi a partir da década de <sup>29</sup>1980 que o conceito de desenvolvimento local surgiu ganhando relevância, porém no Brasil esta tendência firmou-se em meados dos anos 1990, fortalecida através do movimento municipalista, o qual coincidiu com a nova constituição de 1988. Esse modelo de desenvolvimento tem como base a valorização do social e a participação dos indivíduos nesse processo.

De acordo com Buarque (1999), o desenvolvimento local pode ser definido como:

- 1) um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.
- 2) Representa uma singular transformação nas bases 24 econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.
- 3) Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. (BUARQUE, 1999, p.9).

Nessa perspectiva, esse processo endógeno de desenvolvimento baseia-se nas esferas: econômica, social e ambiental. Ressaltando que no processo social é necessário dar o suporte para que o desenvolvimento humano seja efetivado e não seja desvinculado da realidade e necessidades locais, isto inclui a Educação. Para tanto, a gestão dos recursos deve ocorrer de forma participativa, integrada e sustentável (BUARQUE, 1999, p. 40).

Faria (2015) citando o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (1987), afirma que a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

---

<sup>29</sup>No Brasil, o desenvolvimento, aparece como base da sociedade e do Estado brasileiro, desde a atual Constituição Republicana (BRASIL, 1988).

É papel dos programas de expansão universitária serem atuantes no processo educacional e no desenvolvimento local com a finalidade de estender os conhecimentos universitários à realidade social (FARIA, 2015, p. 76).

Sobre a influência da expansão universitária no desenvolvimento educacional, Faria (2015), afirma:

A produção de conhecimento leva a sociedade a se desenvolver em seus mais diversos ângulos e aplicar os conhecimentos adquiridos na universidade à vida real, sendo uma forma de contribuir para o desenvolvimento social do país, representando a relação entre as universidades e a sociedade, humanizando o conhecimento e propiciando a melhoria da qualidade da política brasileira. (FARIA, 2015, p. 76).

Algo a ser considerado é que, cada local tem as suas peculiaridades e especificidades e por isso, algumas dinâmicas sobre o que é melhor para um local pode não ser para outro, visto que isto deverá ocorrer de acordo com o contexto em que está inserido, valorizando suas riquezas naturais, culturais e humanas. Estas variáveis devem ser analisadas, debatidas e estruturadas dentro da composição socioeconômica, social e educacional, cultural e institucional, o que envolve a participação dos gestores nas decisões políticas voltadas para o desenvolvimento em si, prevaletentes nos respectivos espaços territoriais (SAAD, 2006, p. 5).

O destaque sobre a educação superior como um dos atores que contribui para o desenvolvimento de uma sociedade, disserto no capítulo a seguir.

#### 4 A EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO PARTE DO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO

Habermas (1993) argumenta que a ideia da universidade remete para os princípios culturais segundo os quais se constituem todas as configurações do espírito objetivo. Partindo deste pressuposto, é correto afirmar que a educação é sem dúvida o caminho para o crescimento e desenvolvimento de uma sociedade, tendo como principal função produzir e difundir ciência, cultura e tecnologia em prol da formação do indivíduo.

Fernandes (2012 *apud* Pavlakovich-Kochi 2003) reconhece que as Instituições de Ensino Superior (IES) são não apenas centros de aprendizagem, pesquisa e inovação, mas, também, importantes mecanismos de desenvolvimento e crescimento econômico regional, tornando-se críticas para o seu sucesso futuro.

De acordo com Fernandes (2102), estas IES geram importantes benefícios monetários para a economia na qual estão inseridas e para os governos que as financiam. Ainda segundo Fernandes (2012), reforçam esta tese, Baum e Payea (2005), de que o investimento no ensino superior proporciona um enorme retorno aos indivíduos, aos governos, à comunidade local e à sociedade em geral. De qual forma?

- a) Aos indivíduos – Através de maiores rendimentos ao longo da sua vida ativa, da melhoria da qualidade de vida, satisfação no emprego e realização própria, entre outros;
- b) Ao governo – Na forma de maior arrecadação de impostos, sejam com relação a transação de bens e serviços, como a decorrência de maiores rendimentos gerado pela IES;
- c) À comunidade local – Aumento de postos de trabalho e geração de emprego, direta ou indiretamente pela existência da IES, como também da atração de mais indústrias e investidores para a comunidade, movimentando a economia local;

- d) À sociedade – A presença das IES gera tecnologia que consequentemente cria novos produtos, novos processos e novos empregos.

#### 4.1 DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E NA BAHIA

Em 2017, o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS) traçou alguns planejamentos para o campo da educação e o campo da organização social nos municípios da Bahia. Sobre a educação técnica, propôs fortalecer a educação profissional técnica e a Implementação de política de <sup>30</sup>educação inclusiva. As estratégias foram: Aumentar a oferta de cursos da Escola Técnica Estadual no Território; Aumentar a oferta de cursos de qualificação profissional; Realizar cobranças e parcerias com a União para a ampliação da oferta de cursos técnicos no IFBA e construir a política de educação inclusiva.

As metas que se esperam ser alcançadas são: a ampliação da Escola Técnica na Rede Estadual (CETEP) até 2020; a implantação de no mínimo mais 02 cursos técnicos no IFBA até 2020; Elaboração da política de educação inclusiva até 2020 (OLIVEIRA, 2018, p.29).

O <sup>31</sup>PNE (2010) estabeleceu, para o fim da década, o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da população de 18 a 24 anos. Embora tenha avançado, o salto projetado pela Meta 12 do novo PNE, que define

---

<sup>30</sup> **Educação inclusiva** é uma modalidade de **educação** que inclui alunos com qualquer tipo de deficiência ou transtorno, ou com altas habilidades em escolas de ensino regular. (MEC, 2009)

<sup>31</sup> PNE: Plano Nacional de Educação - criado em 1996, e vigorou entre os anos de 2001 a 2010. Em 2011 foi refeito e sancionado em 2014, pela Lei N° 13.005/2014.

a elevação da <sup>32</sup>taxa bruta para 50% e da <sup>33</sup>taxa líquida para 33% até 2024, é um desafio promissor.

Em 2018, 3,4 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação no país. Desse total, 83,1% em instituições privadas. O número de ingressantes, em 2018, teve um crescimento de 6,8% na rede privada e 11,3% na rede pública, em relação a 2017. A rede privada continua sua expansão. No período compreendido entre 2008 e 2018, a rede privada cresceu 59,3%. A rede pública aumentou 7,9% no mesmo período (INEP, 2018).

A Bahia apresenta em seus dados um avanço significativo no total de matrículas novas na Educação Superior. Dados do observatório do PNE de 2018 apresentam a taxa de 49,3% de novas matrículas na rede pública<sup>34</sup>. No entanto, observa-se que esta taxa cai para 9,3 % quando se recorta estas matrículas para pessoas de 18 a 24 anos (considerada a idade prevista para este nível de ensino). A taxa bruta de matrícula na Educação Superior na Bahia (percentual que calcula todas as matrículas em relação a população de 18 a 24 anos) é de 24,4 %. Em 2001, era de 7,5 % (MEC, 2011).

A modalidade da Educação à Distância, entre os anos 2017 e 2018 ocasionou, segundo dados do INEP (2018), o aumento do número de ingressantes (entre a idade de 18 e 25 anos), cuja variação positiva foi de 27,9% entre esses anos, enquanto nos cursos presenciais a variação foi de -3,7%. Em uma década (2008 – 2018), o número de ingressos variou positivamente 10,6% nos cursos de graduação presencial e triplicou (196,6%) nos cursos a distância. Dados mostram que a participação percentual dos ingressantes em cursos de

---

<sup>32</sup>**Taxa** de Escolarização **Bruta** é a razão entre o número total de matrículas (independente da faixa etária) e a população correspondente na faixa etária prevista (15 a 17 anos) para o curso na etapa de ensino.

<sup>33</sup> A **Taxa** de Escolarização **Líquida** representa a razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista (15 a 17 anos) para estar cursando determinada etapa de ensino e a população total na mesma faixa etária.

<sup>34</sup> Meta do PNE - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público

graduação a distância em 2008 já era de 19,8%, e dobra essa participação em 2018 para 40% (INEP, 2018)

Estes dados apontam para o aumento de novas matrículas onde a maior procura pela formação profissional está entre pessoas com idade acima de 24 anos. As características desse público revelam que se trata de estudantes com inúmeros papéis e responsabilidades, tais como: a família, o trabalho e a comunidade onde pertencem. Pessoas que decidem estudar em regime pós-laboral e laboral tendo a seu cargo a atividade profissional e as responsabilidades familiares (SEQUEIRA, 2018, p. 19).

## 4.2 AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA BAHIA E EM JACOBINA

### 4.2.1 A Educação Superior na Bahia

No final da década de 1960, o governo da Bahia assumiu a criação das Faculdade de Formação de Professores (FFP) e Faculdade de Educação (FE) que existiam no interior do Estado, tão logo começou a constituir o atual sistema de educação superior. Estas faculdades tinham o papel na formação docente, os preparando para a educação básica em expansão no Estado, que requeria a sua qualificação, com o objetivo de não somente prepara-los para o magistério secundário como também, desenvolver a pesquisa científica e a implantação da cultura universitária, o que deu origem ao sistema público estadual de ensino superior na Bahia (BOAVENTURA, 2005).

Estas faculdades mantinham os cursos de licenciaturas curtas em Letras, Estudos Sociais e Ciências, como também o de Pedagogia, e posteriormente foram incorporadas às atuais universidades estaduais da Bahia, dando início a interiorização do ensino superior no Estado.

A partir 1962, com a criação da Lei 1.802/62, algumas cidades do interior baiano já implantavam a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (com o ensino da língua em Latim ou Inglês), como: Feira de Santana, Ilhéus, Caetité, Vitória

da Conquista e Juazeiro, municípios considerados mais populosos, entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, além de serem estrategicamente importantes para as regiões e microrregiões a que pertenciam:

Art. 1º São criadas pela presente Lei, nas cidades de Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro "Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras" com o objetivo de preparar professores para o magistério secundário, incrementar a pesquisa científica e difundir a cultura universitária no interior do Estado.

Art. 2º As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras a que se refere o artigo 1º desta Lei serão organizadas e funcionarão segundo a legislação federal em vigor obedecidos os padrões, currículos, seriação e normas gerais vigentes para estabelecimento congêneres.

**Parágrafo Único** - Os estabelecimentos sindicados no presente artigo poderão utilizar como campo de observação e métodos, os educandários oficiais de ensino secundário e normal, existentes naquelas cidades, até que se efetive a sua implantação segundo as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a abrir o crédito até o valor de sessenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 60.000.000,00) para ocorrer às despesas decorrentes desta Lei, podendo, para tanto, utilizar quaisquer dos recursos da Consignação 1.6.00 - subconsignação 8.07.4 - 1.6.21 do Orçamento em vigor.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário (Lei 1.802/62).

No decorrer deste processo, houve uma espécie de mutualismo entre as políticas federal e estadual no que tangia os investimentos destinados à educação superior na Bahia. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) recebia os investimentos destinados à Região Metropolitana de Salvador (RMS) para fins de continuação do processo de desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural, e parte destes recursos alimentavam as FFPs, que se comprometiam na formação de recursos humanos no interior do Estado (CHAPANÍ, 2012 *apud* LIMA, 2008, p. 153).

Foi durante este período (1970 e 1971), quando o então Secretário de Educação, Edivaldo Boaventura contextualizou esta divisão de obrigações:

[...] o que cabe à Universidade Federal da Bahia, no contexto estadual, será obrigatoriamente diferente das funções sociais de uma Universidade como a de Santa Cruz. A UFBA, pelo tempo e pela

diversidade dos seus cursos, deverá ser o centro de pós-graduação por excelência. Por outro lado, caberá às Faculdades Estaduais um papel significativo na formação de recursos humanos para o sistema educacional. Havendo, entre as organizações, uma certa divisão social do trabalho, em termos de colaboração interinstitucional, efetiva-se a vocação regional e aprofunda-se a qualidade da formação profissional, instrumento para a tão necessária colaboração entre as instituições de educação superior da Bahia [...] (BOAVENTURA, 1998b, p. 257).

Em dezembro de 1980, quando corria o processo de Reforma Administrativa do Estado, a Fundação Universidade de Feira de Santana – FUFUS – foi extinta. No entanto, através da Lei Delegada nº 12 de 30 de dezembro de 1980, foram criadas a Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

A interiorização do Ensino Superior na Bahia continuou com a criação da recente Universidade Estadual de Santa Cruz, pela Lei 6.344 de 05 de dezembro de 1991, resultante da iniciativa das lideranças regionais e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), as escolas isoladas (Faculdade de Direito de Ilhéus, Faculdade de Filosofia de Itabuna, e Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna) congregaram-se, formando a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna - FESPI (UESB, 2019).

Diante desse panorama, surge a necessidade da descrição do Ensino Superior em Jacobina, passando pela análise da relação existente ou não entre o desenvolvimento urbano social e educacional, com criação de novos estabelecimentos de ensino superior no município entre os anos de 1980 e 2018.

#### **4.2.2 A Educação Superior em Jacobina – Polo da Educação Superior na microrregião da Chapada Piemonte**

A cidade de Jacobina foi criada em 1722. No início do século XVII, o território de Jacobina foi devassado por aventureiros em busca de ouro. Algumas famílias dominavam o território, acompanhadas de colonos e escravos, que se dedicavam à agricultura e à criação de gado. O arraial cresceu às voltas do rio Itapicuru-Mirim, onde, de forma rápida, porém desorganizada, deu-se início a uma população bastante heterogênea.

Figura 2 – Vista aérea da cidade de Jacobina, tendo como centro o Rio Itapicuru-Mirim



Fonte: Acervo de imagens da Prefeitura Municipal de Jacobina

Ao inteirar-se dos bons resultados da mineração, a Coroa Portuguesa, em 1722, elevou o povoado à categoria de vila com o nome de Vila de Santo Antônio de <sup>35</sup>Jacobina e sede da Missão de Nossa Senhora das Neves do Saí, aldeia indígena fundada por franciscanos em 1697. A cidade foi emancipada em 28 de julho de 1880 (IBGE, 2012).

Jacobina (*Jaccuabynna*, *Jacuabina*) originou os outros 08 municípios do Território. Já era habitada desde o descobrimento do Brasil, pelos índios *sapoiás*, *paiaiás*, *tocós*, *secaquerinhens*, todos pertencentes ao grupo dos *Quirirís*, formando a grande nação dos Tapuias em toda a região de vegetação baixa e espinhosa que formava o sertão (SEPLAN, 2017).

A cidade de Jacobina está inserida na macrorregião semiárido no Território de Identidade <sup>36</sup>Piemonte da Diamantina, e faz divisa com o Território Sertão do São Francisco (ao noroeste), Piemonte Norte do Itapicuru (ao norte e

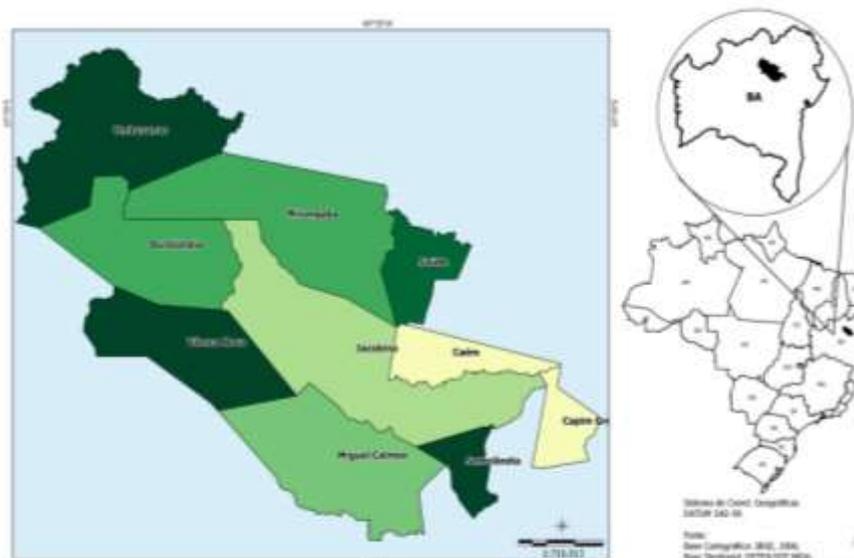
---

<sup>35</sup> Jacobina: nome de origem indígena que significa “Campo aberto” ou “Campo vasto”

<sup>36</sup> Piemonte da Chapada Diamantina é caracterizado pela caatinga, vegetação típica da região. Limitada ao norte por Mirangaba, Saúde e Caém; ao sul: Várzea Nova, Várzea do Poço e Miguel Calmon; ao leste: Serrolândia, Quixabeira e Capim Grosso; ao este: Orolândia.

nordeste), Bacia do Jacuípe (ao sudeste), Piemonte do Paraguaçu (ao sul) e com o Território Chapada Diamantina (ao sudoeste) (SEPLAN, 2017).

Figura 3 - Localização geográfica do município de Jacobina – Bahia

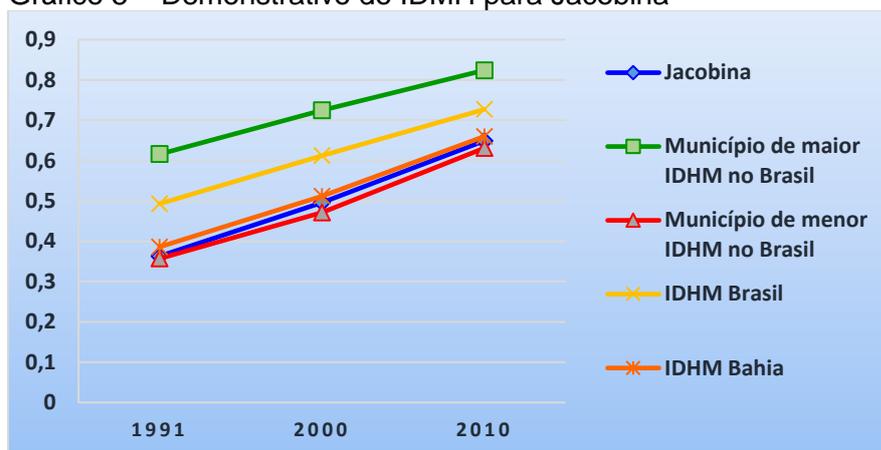


Fonte: IBGE (2016).

Jacobina tem, segundo os dados do IBGE (2016), 83.435 habitantes, PIB *per capita* de R\$ 15.208,07 e PIB de R\$ 1.268.886. O IDHM de Jacobina, apresentou um crescimento de até 78,79%, entre os anos de 1991 e 2010, passando de 0,363 em 1991, para 0,649 em 2010, enquanto o IDH da Bahia passou de 0,386 para 0,660.

No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (básica até o ensino médio completo) com crescimento de 0,381, seguida por Longevidade e por Renda (PNUD/IPEA/FJP, 2013).

Gráfico 5 – Demonstrativo do IDMH para Jacobina



Fonte: PNUD/ IPEA/FJP (2013).

Nota: Elaborado pela autora desta dissertação (2020).

No *ranking* 2018 do IDH, compilado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil aparece estagnado na 79ª posição na colocação entre os 189 países (PNUD, 2019). Dados da análise especial do <sup>37</sup>IFDM, apontam o município de Jacobina como um dos municípios que está em desenvolvimento crescente no Estado, cujo índice indica a posição 4819ª no *ranking* das cidades do Brasil, e a posição 199ª dentre as 417 cidades do Estado da Bahia.

Gráfico 6 – Gráfico do IFDM para a cidade de Jacobina



Fonte: FIRJAM (2017).

Nota: Elaborado pela autora desta dissertação (2020).

<sup>37</sup>IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: é um estudo anual criado para acompanhar o desenvolvimento humano, econômico e social dos municípios do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, com base exclusivamente em estatísticas oficiais (FIRJAM, 2017).

A cidade de Jacobina tem como sua principal fonte de renda a mineração do ouro e a agricultura, seguido da agropecuária. Entretanto o Governo do Estado, através da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), possui uma política econômica voltada para a expansão da mineração.

A descoberta de novas jazidas e minerais fazem com que o investimento nesta área seja maior, além de promover o desenvolvimento tecnológico e a implantação de infraestrutura viária e energética, como o Parque Eólico localizado na Ladeira Vermelha, próximo à Serra do Tombador – distrito de Jacobina, que viabilizam empreendimentos privados no setor. Desta forma, Jacobina vem se destacando como o Município do Estado da Bahia com maior arrecadação, segundo os dados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) (BAHIA, 2017).

Na década de 1980, com o advento da <sup>38</sup>reabertura da Mineradora Morro Velho, novos moradores chegaram à cidade. Esse grupo populacional influenciou a dinâmica urbana, pois se tratava de uma população que pretendia trabalhar na mineração e demais vindas do interior dos povoados e municípios vizinhos que, sem grande qualificação, estavam em busca de emprego. Durante esse período, cerca de 3.000 novas moradias foram construídas e assim, a construção civil começou a se destacar aproveitando-se da disponibilidade de espaços ainda não ocupados naquele período. Em 1997, a mineradora fechou as suas portas (REIS, 2017, p. 43)

Durante a década de 2000, a criação de equipamentos urbanos ficou estagnada, restrita somente à construção de praças, quadras esportivas ou obras de calçamento de ruas e avenidas nas bordas da cidade. A chegada das Instituições de Ensino na modalidade à distância, em meados da década, demandou uma movimentação estrutural e espacial na cidade.

---

<sup>38</sup> A primeira mineradora foi implantada em 1887, a segunda em 1947 e a terceira foi a Morro Velho, em 1980

Em 2011, surgem novos empreendimentos imobiliários como a construção do condomínio fechado Golden Park, onde foram entregues 160 novas moradias, além disso, a Prefeitura fez a doação de loteamentos destinados à construção de imóveis populares para o Programa Minha Casa Minha Vida, bem como de condomínios de alto padrão e criação de loteamentos nos distritos e sede. Outros três projetos imobiliários, destinados à moradia, estão em construção, a saber: Condomínio Golden Ville, localizado no bairro <sup>39</sup>Inocoop com previsão para construção de 249 casas; Morro do Ouro, com 414 lotes no bairro Félix Tomás e o Green Park, que está localizado em frente ao Aeroporto municipal, ainda em construção (REIS, 2017, p. 42.).

O aumento do número de profissionais contratados pelas empreiteiras da construção civil, atrelado a novos empreendimentos comerciais<sup>40</sup> e imobiliários, reforçam o resultado da análise apresentada pelo IFDM para a cidade de Jacobina que, na última década, tem se destacado no cenário socioeconômico em seu território de identidade com a geração de empregos.

O número de clínicas especializadas em diversos tratamentos de saúde e estética, triplicou haja visto ter recebido nos últimos anos novos residentes, estudantes que vieram de outras cidades que ingressaram nos diversos cursos de graduação, dentre eles o curso de Medicina ofertado pela Faculdade Ages, recém instalada na cidade cujo *campus* ocupa uma área de 52.000 mt<sup>2</sup>.,

#### **4.2.3 As Instituições de Educação Superior na cidade de Jacobina**

O município de Jacobina, onde se instalou o Campus IV - Departamentos de Ciências Humanas da UNEB, em 1983, por duas décadas sediou a única Universidade que atendia não somente a sede da microrregião do Piemonte da Chapada (Jacobina) como também as cidades e distritos vizinhos, formando

---

<sup>39</sup> INOCOOP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais sob a lógica do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação).

<sup>40</sup> Empreendimento recentes: inauguração da *Yamana Gold* Mineradora; Tractebel - fábrica de Torres Eólicas do Nordeste; Nova unidade do SESC - educação infantil;

educadores e advogados, que desempenham suas funções dentro e fora da comunidade local (<sup>41</sup>PMJ, 2018).

Para a educação, em Jacobina, a Prefeitura Municipal tem tomado a iniciativa de trazer melhorias à rede educacional do município e, em parceria com o <sup>42</sup>DCH do Campus IV da UNEB tem promovido formações para os profissionais da rede pública municipal. O mais recente é o Curso de Formação em Gestão Escolar, com carga horária de 80h e é desenvolvido para os diretores de escolas públicas, ministrado pela UNEB – por meio da <sup>43</sup>PROEX e em parceria com o <sup>44</sup>NUGEF. Esta iniciativa surge da necessidade de proporcionar reflexões acerca da organização e dinâmica dos espaços educativos, tratando da dimensão pedagógica, administrativa, planejamento e avaliação, de modo a formar profissionais que atuem no cotidiano das escolas, com capacidade de gerenciar a dinâmica educativa e conduzir projetos que possam melhorar e transformar a realidade das escolas (PMJ, 2018).

Nesta parceria, através do <sup>45</sup>NUPE da unidade e do <sup>46</sup>MPED, tem realizado alguns fóruns correlatos ao debate da educação básica, da formação de professores e gestores da área educacional. Feiras literárias, oficinas e outras ações voltadas à comunidade local têm ganhado destaque no seu território de identidade, pela contribuição no desenvolvimento social, educativo e cultural (PMJ, 2018).

A Universidade Estadual da Bahia (UNEB) está instalada na cidade de Jacobina, desde 1983 e, de forma atuante, continua suas atividades na formação e na qualificação de docentes que lecionam nas escolas públicas e privadas do município e cidades próximas, bem como no desenvolvimento de pesquisas e

---

<sup>41</sup> PMJ – Prefeitura Municipal de Jacobina.

<sup>42</sup> DCH – Departamento de Ciências Humanas.

<sup>43</sup> PROEX - Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado da Bahia.

<sup>44</sup> NUGEf - Núcleo de Gestão Educacional e Formação de Gestores da Universidade do Estado da Bahia.

<sup>45</sup> NUPE - Núcleo de Pesquisa e Extensão.

<sup>46</sup> MPED - Mestrado Profissional em Educação e Diversidade.

projetos direcionados a estudos multidisciplinares, tendo como foco a educação inclusiva.

As Instituições privadas para a educação superior chegaram na cidade a partir de 2004, visando atender a demanda da população mais jovens recém formada no ensino médio, uma vez que a perspectiva de muitos destes em obter a graduação não era atendida pela única instituição pública, UNEB, que até então oferecia somente 6 cursos, 5 deles de licenciatura e apenas 1 de bacharelado de Direito, sendo este último implantado no final de 2004.

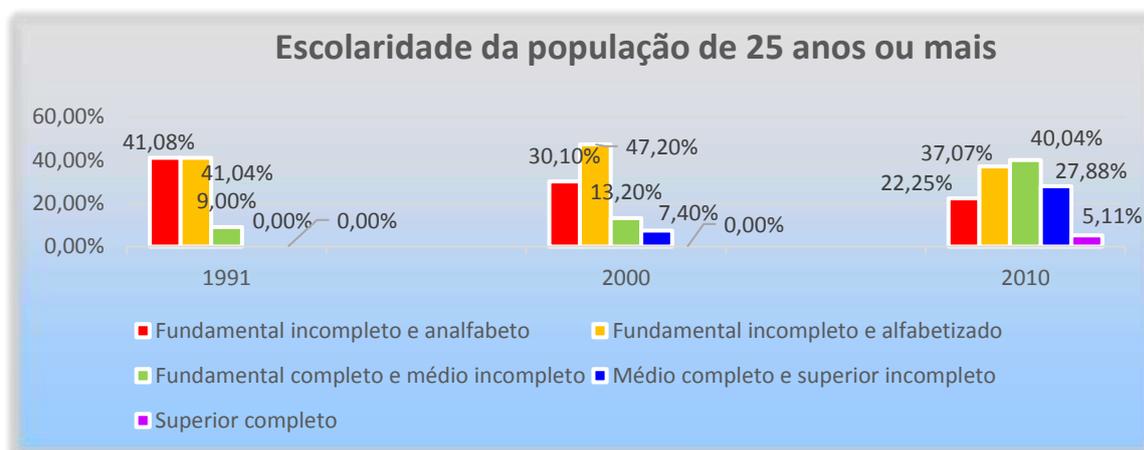
Aos poucos, os cursos na modalidade Ensino a Distância foram chegando, através das instituições de ensino privadas como: a Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, Universidade Salvador – UNIFACS, Universidade Paulista – UNIP, Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Universidade Anhaguera – UNIDERP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA e as recém chegadas UNIASSELVI e o Centro Universitário AGES.

A localização geográfica e espacial destas IES é demonstrada na figura 6 e mostra que as 4 IES privadas, bem como a UNEB, encontra-se mais ao centro. O IFBA está localizado a pouco mais de 2,4 km do centro da cidade e a Universidade AGES encontra-se distante 7,7 km do centro. Estas IES localizadas mais ao centro têm atraído grande número de ingressantes, promovendo maior acessibilidade aos alunos, menor concorrência e diversidade de cursos ofertados, grande parte na modalidade EaD, com encontros presenciais semanais e quinzenais.



completo e 5,11%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27% (IBGE, 2010).

Gráfico 7 – Demonstrativo escolaridade da população em Jacobina



Fonte: IBGE (2010), PNUD, IPEA e FPJ.

Nota: Elaborado pela autora desta dissertação (2020).

O <sup>48</sup>PTDSS lançou a proposta de melhorias para o município em diversas áreas, em destaque a Educação Superior, cujo objetivo seria o fortalecimento das Universidades Estaduais. As estratégias definidas pelo governo visam aumentar oferta de cursos de graduação e pós-graduação na UNEB – *Campus IV* e ampliar projetos de pesquisa e extensão. Este planejamento teve como meta implantar no mínimo mais 02 cursos de graduação na UNEB – *Campus IV* até 2020 e aumentar em 30% a oferta de projetos de pesquisa e extensão até 2018.

Destaca-se, a partir de agora, breves considerações sobre as Instituições de Ensino Superior que atuam e/ou exercem relação direta com a cidade de Jacobina, a saber: UNEB; UNOPAR; UNIASSELVI, UNIFACS; IFBA e Faculdade AGES.

#### 4.2.3.1 UNEB (Universidade do Estado da Bahia) – Campus IV

---

<sup>48</sup> PTDSS: Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário

Embora tenha uma administração central localizada em Salvador, a UNEB concede autonomia aos seus Departamentos para desenvolver suas atividades acadêmicas, por entender que eles possuem características culturais, próprias da regionalidade, que não poderão ser desconsideradas no processo de formação profissional por ela pretendida. Esta Instituição está vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia (UNEB, 2009).

Figura 5 – Mapa de localização geográfica do Campus IV da UNEB em Jacobina



Fonte: Uneb (2018).

O Departamento de Ciências Humanas do *Campus IV* da UNEB, em Jacobina, foi criado pela Lei Estadual 3.825, de 19 de setembro de 1980, originado da Faculdade de Formação de Professores de Jacobina, que funcionou inicialmente no Colégio Municipal de Jacobina e atende às cidades que se integram à microrregião do Piemonte da Chapada. O Departamento de Ciências Humanas (DCH) passou ao prédio da Escola Paroquial de Jacobina, até ter sede própria, no bairro da Estação, em 1991.

[...] Quando de seu início, a FFPJ funcionou no Colégio Municipal de Jacobina, mudando-se, posteriormente, para o prédio da escola Paroquial de Jacobina, unidade de 1º grau da Rede Estadual de Ensino. Em março de 1991 passou a ocupar sede própria, construída em área de 1.258 m<sup>2</sup> (hum mil duzentos e cinquenta e oito metros quadrados), localizada na Avenida J. J. Seabra, nº 158, Bairro Estação, onde permanece até o dia de hoje. (UNEB, 2018).

Sobre a sua instalação na cidade de Jacobina, Santos (2015) descreveu os marcos legais dos Departamentos/*Campi* da UNEB em sua Tese:

DCH – *Campus IV* – Jacobina - A faculdade de Formação de Professores de Jacobina (FFPJ) foi criada pela Lei Estadual 3.825, de 19 de setembro de 1980, publicada no Diário Oficial do Estado de 23 de setembro de 1980. Nasceu como entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia. Mas, ainda em 1980, a Lei Delegada Nº. 12, de 30/12/1980, publicada no D.O. de 31 de dezembro de 1980, extinguiu várias autarquias, dentre elas a autarquia FFPJ, e criou a Superintendência do Ensino Superior do Estado da Bahia – SESEB, como autarquia mantenedora. Com Lei Delegada Nº. 66/83, publicada no Diário Oficial de 2 de junho de 1983, extinguiu-se a SESEB e criou a Universidade do Estado da Bahia – autarquia de ensino superior ligada à Secretaria de Educação e Cultura. Já o Decreto Governamental nº. 7.223, de 20.01.98, art. 36, Anexo I, decorrente da Lei Estadual nº. 7176/97, extinguiu a referida Faculdade, passando a denominar-se DCH. (SANTOS, 2015, p. 28).

O *Campus IV* da UNEB, também tem o curso de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação e Diversidade<sup>49</sup>, cujo objetivo está associado aos processos de formação e das práticas de educadores, visando à preparação profissional para atuarem com as diversidades e singularidades socioeducativas e culturais, prova disto é o recente projeto de pesquisa que reforça a importância da inserção da cultura dos povos ciganos nas escolas públicas de Jacobina, realizado pela pesquisadora Sabrina Lima, que afirma:

[...] é salutar a busca de estratégias que priorizem a valorização da cultura cigana local e, desta forma, possibilitar a mudança de postura do não cigano com relação ao cigano, por meio da intervenção social em algumas escolas públicas de Jacobina, através da formação docente, com atenção para as diferentes dimensões de um trabalho pedagógico e social: a dimensão assistencial, a promoção humana, o desenvolvimento sócio-local e político, além da prática educativa reflexiva, o respeito e a valorização das diferenças. (LIMA, 2017, p.14).

---

<sup>49</sup> Resolução Consu nº 964/2013. (UNEB, 2019)

Figura 6 – Imagem da entrada do Campus IV da UNEB em Jacobina



Fonte: UNEB (2018).

Quadro 2 – Cursos de Graduação ofertados pela UNEB no DCH IV – Campus Jacobina

<b>LICENCIATURA</b>	<b>BACHARELADO</b>
Geografia	Direito
Educação Física	
História	
Letras – Literatura e Língua Inglesa	
Letras – Literatura e Língua Portuguesa	

Fonte: Uneb (2018).

Sobre a contribuição da UNEB para a formação profissional dos seus alunos e desenvolvimento social e educacional do município de Jacobina, a Professora Ana Lúcia Carvalho<sup>50</sup> destaca a qualidade na prestação dos serviços educacionais o que, segundo ela, reforça o desenvolvimento socioeconômico da microrregião em que está inserida, com o aumento da remuneração do profissional, o aquecimento nas vendas em lojas, feira livre, supermercados e comércio em geral, bem como de serviços de aluguel e transporte<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> Entrevista concedida por CARVALHO, Ana Lúcia [07.2019]. Entrevistadora: Josiane Melo. Jacobina, 2019. Arquivo mp3

<sup>51</sup> As prefeituras vizinhas fazem parcerias com as IES presentes na cidade, com o transporte gratuito dos estudantes de baixa renda, bolsistas e portadores de deficiência física. Assim como para o aluguel de imóveis destinados para estudantes de outros municípios, a fim de que eles possam cursar o ensino superior.

Quadro 3 - Projetos em andamento no DCH IV – Campus Jacobina

#LEIAMAIS MULHERES, #LENDO MULHERES NEGRAS
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: FORMAÇÃO CONTINUADA NO PIEMONTE DA DIAMANTINA / CICLOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS EM HOSPITAIS
FORMANDO LEITORES: DA FEIRA AO HOSPITAL (DESDOBRAMENTOS)
“MEU PRIMEIRO EMPREGO”: DIREITOS E GARANTIAS DOS JOVENS ESTUDANTES NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO DE JACOBINA
UATI – UNIVERSIDADE ABERTA A TERCEIRA IDADE
MONITORIA DE EXTENSÃO
PRÁTICAS CORPORAIS INTEGRATIVAS E DE PROMOÇÃO A SAÚDE: ESF DA CAEIRA – JACOBINA – BA
PRÁTICAS CORPORAIS INTEGRATIVAS E DE PROMOÇÃO A SAÚDE: ESF DA FÉLIX TOMAZ
CURSO DE LÍNGUA INGLESA PARA ESTUDANTES DA UATI – CAMPUS IV, COMUNIDADE ACADÊMICA E COMUNIDADE EXTERNA
PESQUISA QUANTITATIVA COM R E RSTUDIO
APRENDENDO COM OS RIOS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A VIDA EM JACOBINA – 3ª EDIÇÃO
IMAGENS DOS SERTÕES: FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E CULTURA
NATAÇÃO DO CAMPUS
“FEMINISTAS POR HERANÇA”: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE MOVIMENTOS FEMINISTAS
VOZES DO OURO NA UNEB: SARAU PLURAL E APRESENTAÇÕES CULTURAIS COM O CORO COMUNITÁRIO E NÚCLEO DE APERFEIÇOAMENTO E ARTÍSTICO DA VOZ

Fonte: Uneb (2018).

#### 4.2.3.2 UNOPAR (Universidade Norte do Paraná)

A Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) é uma Instituição de Ensino superior que foi fundada em 17 de fevereiro de 1972 que atendia a todo o país através da modalidade de ‘Ensino à Distância’, mas só veio a ser credenciada como universidade em 3 de julho de 1997 através de decreto federal publicado no Diário Oficial nº 126 de 4 de julho de 1997. A unidade da UNOPAR na cidade de Jacobina oferece 56 cursos de graduação, dentre eles 19 cursos são de Bacharelado, 14 de Licenciaturas e 24 de Tecnólogos, todos são semipresenciais e alguns são 100% *online*. O polo não tem sede própria e funciona nas dependências de uma instituição privada, o Colégio Oásis de Jacobina.

Figura 7 – Imagem do prédio da Unopar em Jacobina



Fonte: Augusto Urgente (2018).

Segundo a Coordenadora de Cursos, Sra. Grafira Borges<sup>52</sup>, os cursos de maior procura têm sido: Engenharias, Licenciaturas, Serviços Sociais e Estética e Cosmética, devido ao aumento de número de estabelecimentos comerciais e residenciais, bem como de clínicas especializadas e centros de estética na cidade. Dos cursos de Licenciatura, Pedagogia tem a maior demanda. No quadro abaixo, seguem informações dos cursos de graduação:

Quadro 4 – Cursos de Graduação ofertados pela UNOPAR em Jacobina

LICENCIATURA	BACHARELADO	TECNÓLOGO
Arte Visuais	Administração	Agronegócios
Ciências Biológicas	Agronomia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Filosofia	Arquitetura e Urbanismo	Comércio Exterior
Física	Biomedicina	Design de Interiores
Geografia	Ciências Contábeis	Embelezamento e Imagem Pessoal
Educação Física	Ciências Econômicas	Empreendimento
História	Educação Física	Estética e Cosmética
Letras - Língua Português e Inglês	Enfermagem	Gastronomia
Matemática	Engenharia da Computação	Gestão Ambiental
Letras - Língua Português e Espanhol	Engenharia	Gestão Comercial
Letras - Língua Português	Engenharia Civil	Gestão de Produção Industrial

<sup>52</sup> Entrevista concedida por BORGES, Grafira [07.2019]. Entrevistadora: Josiane Melo. Jacobina, 2019. Arquivo mp3

LICENCIATURA	BACHARELADO	TECNÓLOGO
Pedagogia	Engenharia da Produção	Gestão de Turismo
Química	Engenharia Elétrica	Gestão Financeira
Sociologia	Engenharia Mecânica	Gestão Hospitalar
	Farmácia	Gestão Pública
	Fisioterapia	Logística
	Nutrição	Marketing
	Publicidade e Propaganda	Marketing Digital
	Serviço Social	Processos Gerenciais
	Teologia	Recursos Humanos
		Segurança do Trabalho
		Segurança Pública
		Serviços Jurídicos, Cartórios e Notariais

Fonte: Secretaria de Cursos da UNOPAR (2018).

Nota: Elaborado pela autora desta dissertação (2020).

#### 4.2.3.3 Projeto social – Pólo UNOPAR em Jacobina/BA

O Projeto Envelhecer Crescendo, idealizado pelos alunos do Curso de Serviço Social há 4 anos, atende os 53 idosos que moram no Lar dos Idosos de Jacobina. Semanalmente o Lar dos Idosos recebe a visita dos alunos que promovem atividades de recreação e lazer, festas típicas, festa de aniversário para os aniversariantes do mês, musicoterapia, práticas de artesanatos, saúde bucal, sempre acompanhada de profissionais habilitados.

Durante o mês de dezembro os alunos lançaram a “Campanha Seja O Meu Papai Noel Neste Natal”, que chamou a atenção da população local, ao fotografar os velhinhos com quadros exibindo seus desejos para o Natal. “Os pedidos são variados, entre calças, vestidos, sandálias, perfumes, ventiladores para aliviar o calor e até *pen drive* com músicas orquestradas”, conforme o texto enviado pelos alunos do curso de Serviço

Social da Unopar – Pólo Jacobina/BA que fazem parte do Projeto Envelhecer Crescendo, para o portal de notícias Jacobina Notícias<sup>53</sup>.

A ideia, segundo os alunos, é fazer com esses idosos se sintam acolhidos e que interajam uns com os outros e colaboradores do Lar dos Idosos de Jacobina.

Figura 8 – Alunos do Curso de Serviço Social da Unopar – Jacobina/BA



Fonte: Unopar (2019).

Figura 9 – Idosos do Lar do Idoso em Jacobina/BA



Fonte: Unopar (2019).

---

<sup>53</sup> Adquirida a partir da página Jacobina Notícias.  
[site:https://www.jacobinanoticia.com.br/2016/11/estudantes-lancam-campanha-beneficente.html](https://www.jacobinanoticia.com.br/2016/11/estudantes-lancam-campanha-beneficente.html)

#### 4.2.3.4 UNIASSELVI (Centro Universitário Leonardo da Vinci)

O Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) é uma instituição de ensino superior que foi criada em 22 de fevereiro de 1999 na cidade de Indaial, em Santa Catarina. Em 02 de setembro de 2004, tornou-se o Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) através da Portaria nº 2.686, do Ministério da Educação (MEC) passando a oferecer cursos, também, na modalidade de ensino a distância (EAD). A unidade da Uniasselvi em Jacobina atua desde 2010. Atualmente, tem em média de 800 alunos matriculados e oferece mais de 65 cursos de graduação. Até 2016, o polo funcionava nas dependências do colégio CAXO, instituição de ensino privado. A partir de 2017, o polo se instalou na sua sede própria, localizada no centro comercial de Jacobina.

Figura 10 – Imagem do prédio da Uniasselvi em Jacobina



Fonte: Google Earth (acesso em. 18.07.2019).

No quadro abaixo segue informações dos cursos de graduação:

Quadro 5 – Cursos de Graduação ofertados pela UNIASSELVI em Jacobina

LICENCIATURA	BACHARELADO	TECNÓLOGO
Artes Visuais	Administração	<i>Design</i>
Ciências Biológicas	Administração Pública	Estética
Educação Especial	Agronomia	Gestão
Educação Física	Arquivologia	Geoprocessamento
Filosofia	Biomedicina	Gastronomia
Física	Biblioteconomia	Jogos
Geografia	Ciências Contábeis	Moda
História	Ciências Econômicas	Produção
Informática	Ciências Políticas	Recursos Humanos
Letras - Espanhol	Educação Física	Relações
Letras – Inglês	Engenharia Ambiental e Sanitária	Big Data
Letras – Libras	Engenharia Civil	Marketing
Letras – Português e Literatura	Engenharia da Computação	Mediações
Matemática	Engenharia da Produção	Negócios
Música	Engenharia Elétrica	Processos Gerenciais
Pedagogia	Engenharia Mecânica	Secretariado
Psicopedagogia	Farmácia	Serviços
Química	Fisioterapia	Segurança no Trabalho
Sociologia	Museologia	Logística
	Psicomotricidade	Eventos
	Publicidade e Propaganda	Educação
	Relações Internacionais	Comunicação
	Serviço Social	
	Teologia	

Fonte: Portal da Coordenação Pedagógica da UNIASSELVI (2017).

#### 4.2.3.5 UNIFACS Universidade Salvador

Fundada em 1972 com o nome de Escola de Administração de Empresas da Bahia, se tornou Faculdade Salvador (FACS), em 1980, sendo credenciada como universidade passando a ser UNIFACS, mediante Decreto Presidencial publicado no Diário Oficial nº 181 de 18 de setembro de 1997.

Na modalidade de Ensino à Distância, a UNIFACS iniciou suas atividades a partir de 2004. O polo da UNIFACS em Jacobina foi implantado em 2013. Não tem sede própria e funciona nas dependências do Colégio Euzébio de Queiroz, próximo ao centro da cidade.

Atualmente, tem cerca de 50 matriculados, onde existe a oferta de 9 cursos em licenciaturas, tecnólogos e bacharelados, nas seguintes áreas: Gestão; Educação; Saúde; Gestão e Negócios; Tecnologia; Direito; Turismo e Hospitalidade; Engenharia; *Design*. Além da oferta de 7 cursos de pós-graduação Lato sensu e 5 cursos de MBA. Todos os cursos são 100% online.

A dinâmica Unifacs EaD no município tem como maior procura os cursos de Pós-graduação, segundo Dionei Souza<sup>54</sup>, gestor do pólo, que afirma:

A qualificação das pessoas que já estavam inseridas no mercado de trabalho, seja com o próprio negócio ou como funcionários, trouxe um maior rendimento financeiro. A receita aumentou porque com a formação destes, mudou a área de atuação. As ofertas de cursos da Pós-graduação (EaD), de certa forma, também deram um “*upgrade*” no currículo. As receitas e os *pró-labores* demonstram estas melhorias. (SOUZA, 2019).

#### **4.2.3.6 IFBA (Instituto Federal da Bahia)**

Com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica após a sanção da Lei 11.892/2008, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET) deu lugar ao Instituto Federal da Bahia, integrado ao Ministério da Educação e Cultura. O propósito do IFBA está impresso em seu Regimento, onde diz:

O Instituto Federal da Bahia têm o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de excelência a jovens e trabalhadores, do campo e da cidade; viabiliza o acesso efetivo às conquistas científicas e tecnológicas, por meio da oferta de qualificação profissional em diversas áreas de conhecimento; promove a pesquisa aplicada e a inovação e atua fortemente na extensão tecnológica. (IFBA, 2008, p.42).

A reitoria do IFBA está instalada na capital baiana, em Salvador, e como se caracteriza como instituição *multicampi*, o IFBA está presente em 113

---

<sup>54</sup> Entrevista concedido por SOUZA, Dionei [08.2019]. Entrevistadora: Josiane Melo. Jacobina, 2019. Arquivo mp3

municípios baianos, entre eles Jacobina, desde 2011, com os cursos: Técnico em Mineração, Técnico em Informática e Técnico em Eletromecânica, e o mais recente que é o curso de graduação de Licenciatura em Computação.

Localizada a 2,4 km do centro da cidade, o *campus* foi construído próximo às escolas e colégios públicos, e atende de forma estratégica os bairros constituídos por conjuntos habitacionais, como: Jacobina II, III e IV, Catuaba, Pedra Branca e moradores dos distritos de Mirangaba e Miguel Calmon.

Figura 11 – Campus do IFBA em Jacobina



Fonte: Portal do IFBA Jacobina.

De acordo com a Professora Lucília Rosa<sup>55</sup>, Coordenadora de Estágios do *campus*, o curso com maior demanda é o Técnico em Mineração, seguido do Técnico em Computação. O objetivo de iniciar as atividades com estes cursos visa atender à necessidade de qualificação e formação tecnológica de mineradores e trabalhadores da Empresa Mineradora Canadense *Yamana Gold*, que está instalada em Jacobina desde 2006. A primeira turma do curso de graduação em Licenciatura em Computação ainda não concluiu a formação, uma vez que a turma começou em 2016, encontrando-se ainda no 7º semestre de 8.

O parecer para a implantação do IFBA na cidade segue a proposta descrita em seu PDI:

---

<sup>55</sup> Entrevista concedida por ROSA, Lucília [08.2019]. Entrevistadora: Josiane Melo. Jacobina, 2019. Arquivo mp3

Não há novidades onde há somente consensos. O “novo” nasce do confronto de ideias, e é, justamente, do debate entre as diretrizes propostas, das demandas oriundas da sociedade, dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica, da reflexão crítica sobre a complexa realidade do país e da educação profissional técnica/tecnológica, que construiremos, pelo diálogo fraterno, um PPI que expresse, em seus princípios e objetivos, os ideais e as necessidades desta comunidade. (IFBA. 2009).

#### **4.2.3.7 Projeto social do IFBA Jacobina/BA**

A Livre Inclusão Social-Digital é um projeto de extensão realizado pelos estudantes do curso de graduação de Licenciatura em Computação do IFBA de Jacobina que atende nas associações dos bairros periféricos da cidade. Uma iniciativa para que os estudantes que atuam como monitores nos cursos recebam bolsas pelo trabalho desenvolvido com as comunidades locais. A primeira turma formou 30 pessoas de duas comunidades dos bairros Jacobina 3 e Bananeira. A meta é formar mais quatro turmas de outras comunidades, até fevereiro 2020 (IFBA, 2019).

O projeto capacita pessoas em situação de vulnerabilidade social e, inclusive já fez doação de computadores, afirma Lucília.

#### **4.2.3.8 Faculdade AGES (Centro Universitário de Paripiranga)**

A Instituição de Ensino Superior AGES é a mais recente na cidade de Jacobina, dando início às suas atividades acadêmicas em agosto de 2017. Criada em Paripiranga – Bahia, em 2002, a AGES começou com a oferta de 3 cursos de graduação, a saber: Ciências Contábeis, Letras e Normal Superior. Em seguida, veio o curso de Administração.

Atualmente, a AGES está presente em outras 72 cidades do semiárido do Nordeste do Brasil, no denominado Polígono das Secas, que compreende cidades da Bahia e algumas cidades de Sergipe, com ofertas de cursos na modalidade de Educação a Distância.

Em 2018, a <sup>56</sup>Faculdade AGES investiu em um *campus* presencial na cidade de Jacobina, cujo objetivo foi, segundo o seu fundador e Diretor-Geral, prof. José Wilson dos Santos, o acesso ao ensino superior para mais de 20 (vinte) municípios que estão, geograficamente, localizados no campo de atuação desta Instituição. O novo *campus* está localizado na Avenida Universitária, no bairro de Pedra Branca, às margens da BR 324 em Jacobina, distante 7,7 km do centro da cidade, compreendendo um campo espacial de 52.000 m<sup>2</sup> (AGES, 2019).

Figura 12 – Imagem do campus da Faculdade Ages em Jacobina



Fonte: Portal da AGES.

A instalação da Faculdade AGES em Jacobina, proporcionou uma movimentação social, econômica e educacional sob o aspecto do ensino superior, principalmente pela implantação do curso de Medicina.

Historicamente, é comum que estudantes do município se desloquem para fazer o seu curso superior em outras cidades, como os grandes centros.

---

<sup>56</sup> Faculdade AGES – criada através da Portaria MEC n.º 347, de 23 de fevereiro de 2001

Geralmente, estes deslocamentos podem ocasionar o desgaste físico, psicológico e, em alguns casos, a evasão e/ou desistência em continuar os estudos, uma vez que, para esses estudantes, a distância que é percorrida entre o município e estas cidades, onde estão matriculados, demandam investimento financeiro, com a manutenção destes fora do seu ambiente familiar.

A proposta para a instalação da Faculdade AGES, segundo o seu fundador, foi fruto de um diálogo entre ela (IES), a comunidade de estudantes de Jacobina e seus representantes políticos.

O Ministro da Educação Mendonça Filho esteve presente na inauguração do *campus* da Faculdade AGES e em seu discurso ressaltou que a sua implantação impactaria por toda a região de Jacobina, no centro-norte baiano:

Uma faculdade de medicina, dada a sua importância, muda a realidade de um município, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista econômico. A faculdade vai possibilitar o desenvolvimento em Jacobina, atraindo jovens de todo o Brasil e preparando-os para atuar na atenção à saúde de todos os brasileiros. (MENDONÇA FILHO, 2017).

A vinda da Faculdade AGES trouxe para Jacobina o comprometimento com a inserção social e com o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da microrregião. Sua grade de cursos visa atender as principais necessidades do município e da região.

Quadro 6 – Cursos de Graduação ofertados pela AGES em Jacobina

LICENCIATURA	BACHARELADO
Educação Física	Administração
Pedagogia	Direito
	Enfermagem
	Engenharia Civil
	Farmácia
	Fisioterapia
	Medicina
	Nutrição
	Psicologia

Fonte: Coordenação Pedagógica da AGES (2018).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação tratou da implantação, trajetória e expansão da Educação Superior no Brasil e na Bahia, bem como do desenvolvimento social e educacional como parte do projeto político de interiorização da Educação Superior no território baiano, especificamente de Jacobina, cidade sede da Microrregião do Piemonte da Chapada Diamantina.

Os resultados pretendidos nos objetivos que embasaram a questão norteadora deste trabalho, buscaram descrever os marcos históricos da educação de nível superior no Brasil e na Bahia, bem como as suas contribuições relacionadas ao desenvolvimento social e educacional na cidade de Jacobina, entre os anos de 1980 até o ano de 2018.

Este trabalho relata o papel das IES situadas na cidade de Jacobina, na Bahia, em sua capacidade de garantir a transformação social na comunidade local, analisando as trajetórias socioeducacionais dos atores, seja aluno, egresso, gestor e residentes, alguns provenientes de camadas populares que alcançaram longas escolarizações e ascensão social por meio da utilização do sistema de ensino.

As principais conclusões do trabalho podem ser destacadas, a partir dos objetivos específicos, que orientaram a sua construção e contribuíram para identificar os principais elementos que favoreceram a mudança de fluxo da educação superior na cidade de Jacobina, aqui analisados.

As direções apresentadas nesta pesquisa mostram que o desenvolvimento local pode se referir à melhores condições de vida de uma comunidade, sobretudo no que tange ao acesso às políticas sociais e educacionais, em relação aos níveis de desigualdade toleráveis (econômica e social), à solidariedade, às condições de inclusão social e, por isso a importância de que ela (a comunidade local) participe do respectivo processo. Tudo isto

constituem verdadeiros desafios para os governos, para o MEC e para as secretarias estaduais de educação e de ciência e tecnologia.

A formação de recursos humanos e geração de conhecimento de modo a contribuir efetivamente para a implementação de um projeto de desenvolvimento do país marcado pela inclusão social vem consolidar o papel das universidades públicas, especialmente, no que se refere à resolução de problemas sociais.

Bourdieu (1998) afirma que as longas escolarizações e ascensão social alcançadas por estes indivíduos representam uma minoria estatística, um 'ponto fora da curva' à história coletiva de sua classe, visto que se originam de famílias com condições socioeconômicas e culturais desfavoráveis. Contudo, em virtude do *habitus*<sup>57</sup>, a mediação existente entre indivíduo e sociedade tende a perpassar pela educação. Em países como o Brasil, questões básicas como a da igualdade dos cidadãos diante da lei e a necessidade de incluir os excluídos na comunidade de direitos seguem pendentes.

Ainda segundo Bourdieu (1998), todo o sistema escolar está construído para valorizar o dom e a vocação, num processo de meritocracia onde os que são considerados inteligentes, dotados e vocacionados têm acesso à ciência e à cultura e, por isso serão produtivos tanto no ambiente escolar como fora dele. Aos que são desprovidos dessas qualidades restam amoldar-se nas habilitações sem prestígio, ocupar as funções inferiores e contentar-se com as posições subalternas ou seja, adequadas para os que não conseguiram chegar aos níveis mais elevados da pirâmide escolar.

A discussão sobre o fortalecimento institucional das IES destaca o processo de ampliação das oportunidades educacionais em torno da educação superior como, sendo esta, a necessidade de haver políticas de financiamento e

---

<sup>57</sup> *Habitus* é uma espécie de mediação entre a realidade interior, individual e a realidade exterior, uma internalização do que é externo ao indivíduo e uma internalização do que lhe é interior (BOURDIEU, 1983).

de avaliação que sejam indutoras do desenvolvimento e da modernização das IES.

Uma forma de entendimento sobre a importância do ensino superior para uma comunidade pode ser enfatizada pela necessidade de consolidação, expansão e otimização dele, através de ações expansionista, a serem avaliadas e dinamizadas por políticas efetivas de financiamento. A proposta é ressaltar a importância da abertura de novos cursos, principalmente com ofertas nos turnos diurnos e noturnos; a ampliação de vagas, com a criação de novas turmas, especialmente, no turno noturno e interiorização das atividades acadêmicas trazendo cursos de expansão (gratuitos ou com simbólicas taxas de inscrição), acessíveis à comunidade mais carente; novos cursos no nível da graduação e implantação de novos *campi*.

Em sua obra sobre a Educação e a Universidade, o professor Anísio Teixeira (1998) destacou a importância da educação, especialmente a educação superior, no processo de desenvolvimento, onde defende a universidade como um centro de saber, responsável pela disseminação do conhecimento humano, culturalmente capaz de alargar a mente e amadurecer a concentração dos jovens para profusão do conhecimento. Bem mais que isso, a universidade funciona como uma escola de formação de profissionais sendo ela o instrumento mais amplo e profundo de elaboração e retransmissão da cultura comum brasileira.

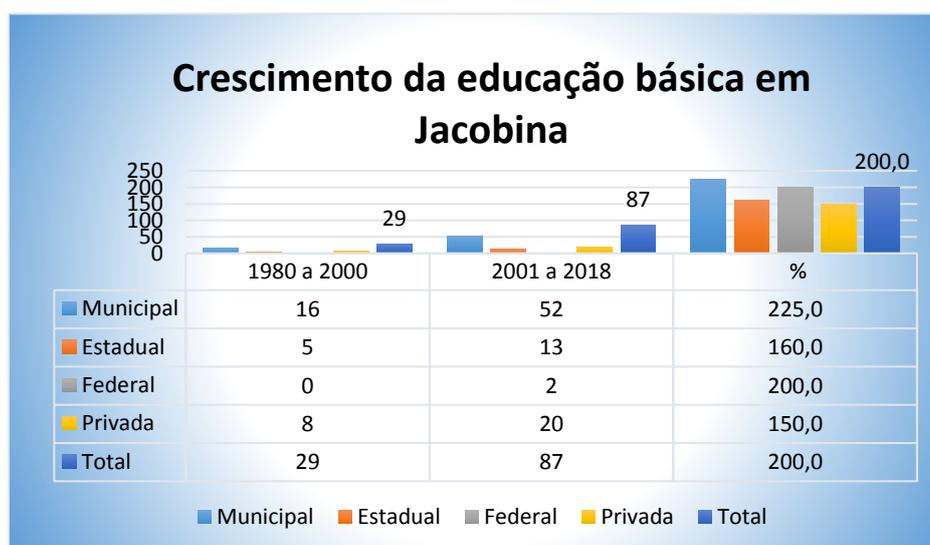
Neste contexto, a Bahia segue em sua expansão de interiorização da educação superior, levando em consideração a singularização de cada região, respeitando a cultura e o homem interiorano. As políticas sociais e educacionais vão abrindo caminho para que novos cursos sejam implantados, visto que as instituições de ensino superior exercem um papel fundamental para o desenvolvimento regional e urbano, abrangendo em seu conjunto, cursos voltados ao progresso local.

Sobre Jacobina ser considerada uma cidade-polo, Leal e Novaes (2018) afirmam que sua importância para a região tem a ver com fatores econômicos, não apenas pela mineração, mas também pelas atividades socioeconômicas e educacionais que desenvolve. Outrossim, destaca-se também a educação, visto que o município conta com uma rede escolar bem desenvolvida, razão pelo que vem atraindo estudantes de diversos municípios circunvizinhos para cursar o ensino médio e o superior.

Em se tratando da educação básica, entre a década de 1980 e 2000, Jacobina contava com 5 colégios da rede estadual de ensino, 16 escolas da rede municipal de ensino, e 8 escolas/colégios da rede privada de ensino, onde, em todas elas a maioria dos professores atuantes eram formados pela Faculdade de Formação de Professores de Jacobina e pela Uneb, presente na cidade desde 1983.

Da década de 2000 até 2018, a cidade já contava com 13 colégios da rede estadual de ensino; 2 Institutos Federal de Educação; 52 escolas da rede municipal de ensino; 11 creches municipais e 20 escolas/colégios da rede privada de ensino. Ao todos, são 63 escolas municipais (contando com as creches), 13 colégios estaduais, 20 privadas e duas federais.

Gráfico 8 – Evolução do números de escolas e colégios da rede municipal, estadual e federal da cidade de Jacobina



Fonte: Portal do Escolas.inf.ba.

Nota: Elaborado pela autora desta dissertação (2020).

Das 7 IES que se instalaram na cidade entre 2007 e 2016, 3 delas tiveram seus cursos descredenciados pelo MEC, resultantes de avaliação *in loco* pós-Protocolo de compromisso cujos conceitos do IGC<sup>58</sup> foram insatisfatórios. Em 2017 a Faculdade AGES foi instalada na cidade, trazendo o curso de Medicina, totalizando 6 Instituições de Ensino Superior para Jacobina, atendendo tanto a cidade como a sua microrregião.

A expansão do ensino superior no interior baiano, especificamente na cidade sede da microrregião da Chapada do Piemonte da Diamantina, identificou alguns avanços do processo de desenvolvimento social e educacional local assim como a viabilização de projetos voltados à comunidade menos favorecida, beneficiando-a através dos serviços de inclusão social e educacional prestados pelas IES nela instaladas, com a participação dos setores públicos do município e do Estado, como também da iniciativa privada.

Considerando ser fundamental destacar a importância da educação superior como pressuposto para o desenvolvimento com inclusão social, faz-se necessário promover uma relação de reciprocidade entre o poder público e as instituições de ensino superior, com a participação da comunidade acadêmica e a comunidade local. Contudo, ainda há muito a ser realizado.

A respeito das diretrizes e metas estabelecidas pelo PNE, lançadas em 2014 (no que se refere a Educação Superior), a Meta 12 do PNE propôs elevar a taxa bruta de matrícula da educação superior para 50% da população com idade entre 18 e 24 anos, de forma a garantir um padrão básico de qualidade nas políticas de expansão da educação superior no setor público em pelo menos 40% até 2024.

Todavia os dados apresentados no relatório do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

---

<sup>58</sup> IGC - é um dos instrumentos utilizados para conhecer o desempenho das instituições de ensino superior do Brasil.

Educação (FUNDEB) para o MEC, revelaram que em 2018 a taxa bruta de matrículas na educação superior era de 37,5%, distante da meta de 50% para 2024; A participação da rede pública na expansão das matrículas no ensino superior era de 11,8% em 2017, enquanto a meta para 2024 é de 40%; A população de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação era de 25,6% em 2018, e a meta para 2024 é de 33% (PNE, 2019, p. 62-64).

Em face do exposto, o resultado destas metas ainda constitui um desafio a ser alcançado. A participação dos atores que atuam nas políticas públicas e demais setores, ligados à educação como um todo, é necessária na construção do progresso e no desenvolvimento econômico, social e educacional do país, objetivando a consolidação, otimização e expansão da educação como motor do desenvolvimento de forma a promover o acesso à informação e dinamizar a capacidade de comunicação entre indivíduos e grupos sociais.

## REFERÊNCIAS

ABAMES - ASSOCIAÇÃO BAIANA DE MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR. Disponível em: <http://www.abames.org.br/>. Acesso em: agosto de 2018.

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 113-126, 2016.

AMARAL, Nelson Cardoso. A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, p. 717-736, 2016.

ANDRADE, MAB de; VERHINE, Robert Evan. **O cenário da educação superior na Bahia: diversificação e oferta a partir dos anos 90 e a expansão dos cursos de licenciaturas.** 2013. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/c/omunicacoesRelatos/0333.pdf> Acesso em: 11 jul. 2017.

ASCOM SETRE. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE). Disponível em: <http://www.noticialivre.com.br/index.php/destaques/54896-emprego-bahia-lidera-geracao-de-empregos-formais-no-nordeste>. Acesso em: 11 jul. 2017.

ASCOM/PMJ. Portal da Prefeitura Municipal de Jacobina. **Diário Oficial.** Disponível em: <http://www.acessoinformacao.com.br/ba/jacobina/> Acesso em: 12 ago. 2019.

ATLAS do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2010. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/atlas-do-desenvolvimento-humano/atlas-dos-municipios.html>. Acesso em: 14 jul. 2018.

BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. **Plano integral de educação e cultura.** Governo Luiz Viana Filho. Salvador: SEC, 1969. v.1-2.

\_\_\_\_\_. **Plano de educação e cultura do Estado da Bahia: 1984-1987.** Salvador: SEC, 1984.

\_\_\_\_\_. **Três anos de educação e cultura na Bahia: relatório de atividades: 1983-1985.** Salvador: SEC, 1986.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação. Coordenação de Ensino Superior. **As universidades estaduais II.** Salvador: SEC, 1998.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Lei n. 1.802**, de 25 de outubro de 1962. Cria as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro e dá outras providências. Salvador:

SEC, 1962. BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia.** Washington DC, 1994. Disponível em: [www. suc. unam. mx/riseu/hemeroteca](http://www.suc.unam.mx/riseu/hemeroteca), 2010. Acesso em: 18 agosto 2019 .

BAUMGARTEN, Maíra. Habermas e a emancipação: rumo à democracia discursiva? Teoria Social- Desafios de uma nova era. **Cadernos de Sociologia**, v. 10, p.137-178, 1998. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cedcis/habermas.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2017.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, n. 38, p. 223-237, 1996.

BOAVENTURA, E. M. A, **A Educação Brasileira e o Direito.** Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

\_\_\_\_\_. **Construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência.** Salvador: Edufba, 2009.

\_\_\_\_\_. Reconhecimento da Universidade do Estado da Bahia. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 14, n. 24, p. 155-173, jul./dez. 2005.

BORDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org.). **Bourdieu.** São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Expansão da educação superior e profissional e tecnológica mais formação e oportunidades para os brasileiros.** 2011a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO\\_EXPANSAO\\_EDUCACAO\\_SUPERIOR14.pdf](http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf). Acesso em: 22 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 25 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Ciências sem fronteiras: um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação.** 2011b. Disponível em: [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0217/217221.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0217/217221.pdf). Acesso em: 22 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Recursos Humanos - Indicadores sobre o ensino de graduação.** Disponível

em:

[https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/Recursos\\_Humanos/RH\\_3.4.6.html](https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/Recursos_Humanos/RH_3.4.6.html) Acesso em: 7 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf> Acesso em: 22 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 11.096/2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior** altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096). Acesso em: 22 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 11.079/2004. **Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm) Acesso em: 22 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 10.861/2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm) Acesso em: 22 jan. 2018.

BROSE, Markus. Desenvolvimento local. *In: AGRICULTURA familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.* Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2000. p. 48 – 58.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento.** [S.l.]: Garamond, 2002.

CADERNO TERRITORIAL DO PIEMONTE DA DIAMANTINA. [http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_184\\_Piemonte%20da%20Diamantina%20-%20BA.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_184_Piemonte%20da%20Diamantina%20-%20BA.pdf). Acesso em: 22 jan. 2018.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. Educação superior. **Textos para discussão**, n. 8, p. 57-57, 2000.

CHAPANI, Daisi Teresinha. A formação de professores na gênese do sistema estadual de ensino superior da Bahia. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 1, p. 145-166, 2012.

COLOSSI, Nelson; CONSENTINO, Aldo; QUEIROZ, Ety Guerra de. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista da FAE**, v. 4, n. 1, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 795-817, 2004.

CUNHA, Maria Couto. **A dinâmica e os fatores condicionantes da criação de cursos de educação superior no estado da Bahia**. Salvador, 2002. 219 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

ENAP. **Desenvolvimento Local e Sustentabilidade**. PPGL-Módulo 3. Brasília, 2018.

ESCOLA.INF.BA. Disponível em: <http://www.escolas.inf.br/ba/jacobina>. Acesso em: 1 fev. 2020.

FARIA, Juliete Prado de. Extensão universitária como mecanismo de desenvolvimento educacional e social no Brasil. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 25, n. 1, p. 75-82, 2015.

FERNANDES, J. **O impacto económico das instituições do ensino superior no desenvolvimento regional: o caso do Instituto Politécnico de Bragança**. 2009. Tese (Doutorado)-Universidade do Minho, Guimarães, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/9742/1/JoanaFernandes.pdf> Acesso em: 11 jul. 2017.

FERREIRA, Suely. Reformas na educação superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, v. 18, n. 36, p. 455-472, 2012.

\_\_\_\_\_. Reformas na educação superior: novas regulações para a reconfiguração da universidade. **Educação Unisinos**, v. 19, n. 1, p. 122-131, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na Educação: uma nova abordagem**. [S.l.]: COEB, 2013.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. [S.l.]: Unesp, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIA GEOGRÁFICO DA BAHIA. Disponível em: <https://www.guiageografico.com/salvador.htm> Acesso em: 14 jul. 2017.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2011/>. Acesso em: 14 jul. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DA BAHIA. Disponível em <http://www.ifba.edu.br/>. Acesso em: 14 jul. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018/2019**. Brasília, 2019.

KOIFMAN, Fábio. **Presidentes do Brasil**. [S.l.]: Cultura Editores, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; DE ANDRADE MARCONI, Marina. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEAL, Ione Oliveira Jatobá; NOVAES, Ivan Luiz. Percepção de diretores acerca das atribuições na gestão pedagógica de escolas municipais de Jacobina (BA). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018.

LIMA, Marcelo. Problemas da educação profissional do governo Dilma: Pronatec, PNE e DCNEMs. **Submissions only at the address below| Soumissions à l'adresse ci-dessous**, v. 21, n. 2, p. 73-91, 2012.

LIMA, Sabrina de Souza. **Cultura cigana e formação docente**: (in) visibilidade dos povos ciganos e diálogos possíveis nos currículos escolares. 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11896/833> Acesso em: 16 nov.2019.

LOURENÇO FILHO, Manoel. Antecedentes e primeiros tempos do Inep. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 86, n. 212, 2007.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

MACEBO, Deise; DO VALE, ANDRÉA ARAUJO; MARTINS, TÂNIA BARBOSA. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, p. 31-50, 2015.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, p. 04-06, 2002.

MARTINS, Joberto; QUADROS, Terezinha; S. B. A **Prática Interdisciplinar em Programas de Educação a Distância num Cenário de Novas Tecnologias da Informação e Comunicação**. NUPPEAD. Disponível em: [http://www.lanteuff.org/moodle/file.php/275/Textos\\_complementares/T1-](http://www.lanteuff.org/moodle/file.php/275/Textos_complementares/T1-)

A\_Pratica\_Interdisciplinar\_em\_Programas\_de\_Educacao\_a\_SBIE\_2005.pdf  
Acesso em: 16 set.2017.

MELLO, Leonardo José Amaral de. **Módulo 3-Desenvolvimento Local e Sustentabilidade**: curso-Políticas Públicas e Governo Local. Brasília: Enap, 2018.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. Pesquisa e Pós-Graduação: O Papel das Universidades Estaduais da Bahia e o Desenvolvimento Regional. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 16, n. 2, 2008.

MOTTA, Lucas Perez de; CALDAS, Diogo Oliveira Muniz. Schumpeter, Furtado, Sen e Singer: “Diálogos” sobre o Desenvolvimento. **Revista Interdisciplinar de Direito**, v. 12, n. 2, 2017.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley et al. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Epsjv, 2008.

NOGUEIRA, Cláudio M. Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. Bourdieu & a educação. [S.l.] Autêntica, 2013.

\_\_\_\_\_. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 15-35, 2002.

OLIVEIRA, Cristiane Neves de. Função pública da educação superior e desenvolvimento local: A experiência da Universidade do Estado da Bahia, Brasil. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 9, n. 1, 2019.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Rudiney Roza Dias de. **A política de desenvolvimento territorial sustentável no Território do Sisal**. 2018. Disponível em: [http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1005/1/2018\\_mono\\_rudineyoliveira.pdf](http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1005/1/2018_mono_rudineyoliveira.pdf) Acesso em: 12 jul. 2019.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. **A educação superior no Brasil**, v. 336, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **O que é o IDHM**. 2012. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDHM](http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM). Acesso em: 12 jul. 2018.

PNE. **Relatorio Metas Estrategias\_PNE\_5 Ano\_Campanha\_2019-1**. Disponível em: [https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/RelatorioMetasEstrategias\\_PNE\\_5Ano\\_Campanha\\_2019-1.pdf](https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/RelatorioMetasEstrategias_PNE_5Ano_Campanha_2019-1.pdf). Acesso em: 12 mar. 2020.

PEREIRA, Tarcísio Luiz; DE BRITO, Silvia Helena Andrade. A expansão da educação superior privada no Brasil por meio do FIES. **EccoS Revista Científica**, n. 47, p. 337-354, 2018.

RANGEL, Márcia Tereza Rebouças. **Institucionalização de uma Estratégia Avançada de Ead na Ufba: desafios pedagógicos da tecnologia e da regulação**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2018.

REIS, Daniel Carneiro. **A expansão urbana e a segregação sócioespacial na dinâmica de periferização da cidade de Jacobina-BA entre (2010-2016)**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2017.

RISTER, Carla A. **Direito ao Desenvolvimento: antecedentes, significados e consequências**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

SAAD, Andréa Zamin. **Ações de fomento à cidadania e implicações no desenvolvimento local**. Ijuí - RS, 2006.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SANTOS, José Ricardo Rosa dos. **Universidade Pública e Desenvolvimento Local: a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008**. Ilhéus: Editus, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

\_\_\_\_\_. **Deficientes Cívicos**. In: RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEQUEIRA, Ana Rita de Oliveira. **Razões que levam as pessoas com mais de 23 anos a estudar no ensino superior**. 2018. Dissertação. (Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local)- Escola Superior de Educação de Coimbra. Coimbra, 2018.

SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. São Francisco: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, Instituto Franciscano de Antropologia, Universidade São Francisco, 1999.

\_\_\_\_\_. **Trabalho intensificado nas federais**. Pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, Jorge Antonio Santos; SILVA, Ozana Rebouças. Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento local: as transformações no município de Cachoeira/Ba após a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Redes**, v. 24, n. 2, p. 209-232, 2019.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. 187p.

\_\_\_\_\_. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TORRES, Rosa María. **A educação em função do desenvolvimento local e da aprendizagem**. São Paulo: CENPEC-Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Muitos lugares para aprender, 2003.

TRINDADE, H. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 14, n.40, 2000.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB. Disponível em: <https://portal.uneb.br/transparencia/wp-content/uploads/sites/93/2019/04/2%C2%BARELATORIO-ATIVIDADES-QUADRIMESTRAL-Vers%C3%A3o-Final.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

UNIAGES CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PARIPIRANGA. Disponível em: <http://www.faculdadeages.com.br/uniages/> Acesso em: 3 mar. 2020

UNIASSELVI. Disponível em: <http://www.uniasselvi.com.br> Acesso em: 3 mar. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <http://uneb.br> Acesso em: 9 mar. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. Disponível em <http://www.uefs.br> Acesso em: 9 mar. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. Disponível em: <http://uesc.br> Acesso em: 9 mar. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. Disponível em: <http://www.uesb.br>

UNIVERSIDADE SALVADOR. Disponível em: <http://unifacs.br>. Acesso em: 3 mar. 2020.

UNOPAR. Disponível em: <http://www.unopar.com.br> Acesso em: 3 mar. 2020.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 226p.

VIEIRA, Ana Maria. **Educação social e mediação sociocultural**. [S.l.]: Profedições, 2016.

## Anexo A – Carta de Apresentação



### CARTA DE APRESENTAÇÃO

Salvador, 12 de julho de 2018.

Prezado Senhor (a),

Apresento a V.Sa. JOSIANE DA SILVA SOUZA MELO aluna do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da **Universidade Salvador - UNIFACS**, que está em andamento com seu projeto, cujo tema é: **IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE JACOBINA-BA E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO FORMAL, ENTRE OS ANOS 2010 E 2016.**

Venho, portanto, solicitar o apoio dessa Instituição, no sentido de contribuir com a disponibilização das informações necessárias para a realização dessa pesquisa ao tempo que reitero os meus protestos de elevada consideração e apreço.

Certo de contar com a sua colaboração, despeço-me atentiosamente,

**Prof. Dra. Carolina de Andrade Spinola**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Regional e Urbano

Ativar o  
Acesse as  
ativar o V

## Anexo B – Termo de consentimento



### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO - PPDRU

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa em nível de dissertação de mestrado, cujo tema é “OS EFEITOS SOCIOEDUCACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE JACOBINA-BA”.

O objetivo geral da pesquisa é IDENTIFICAR EM QUE MEDIDA A IMPLANTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE NÍVEL SUPERIOR NA CIDADE DE JACOBINA CONTRIBUIU PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EDUCACIONAL LOCAL. Trata-se de um projeto de pesquisa acadêmico, de caráter descritivo, analítico e exploratório, o que está organizado em alguns pressupostos que orientam a sua metodologia e está sendo acompanhado pela Prof. Dr. José Euclimar Menezes.

Salienta-se que, se assim desejar, basta indicar no campo correspondente abaixo e sua identidade será sigilosamente preservada, sendo os dados fornecidos identificados por um codinome para fins de divulgação e publicação técnica e/ou científica da pesquisa. Portanto, solicitamos a sua autorização para o uso dos dados fornecidos, das imagens e/ou depoimentos. Desde já agradecemos a atenção e o interesse em participar desta pesquisa. Colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos por meio do [annemelossa@gmail.com](mailto:annemelossa@gmail.com).

#### DECLARAÇÃO

Declaro que fui informado (a) pela pesquisadora Josiane da Silva Souza Melo sobre os procedimentos e objetivos da pesquisa.

Fui também informado (a) que posso retirar a minha participação a qualquer momento. Portanto, concordo em participar voluntariamente da pesquisa e assino o presente termo em duas vias.

Nome por extenso do respondente: \_\_\_\_\_

Instituição que representa: \_\_\_\_\_

( ) Autorizo a divulgação do meu nome e instituição, assim como os dados, imagens e depoimentos fornecidos na entrevista.

( ) Desejo manter meu nome e instituição em sigilo, autorizando apenas a divulgação dos dados fornecidos na entrevista.

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

---

Assinatura do entrevistado

## Anexo C – Roteiro de entrevista



Universidade Salvador - UNIFACS  
 Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano  
 Orientador: Prof. Dr. José Euclimar Xavier Menezes  
 Discente: Josiane da Silva Souza Melo

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE JACOBINA-BA

#### PESQUISA

#### OS EFEITOS SOCIOEDUCACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE JACOBINA-BA.

Nome: \_\_\_\_\_  
 Função: \_\_\_\_\_  
 Instituição que representa: \_\_\_\_\_  
 Local e data da entrevista: \_\_\_\_\_  
 Formação acadêmica: \_\_\_\_\_  
 Tempo que atua na instituição: \_\_\_\_\_  
 Recurso técnico: **gravador de áudio**

**Objetivo específico:** Identificar em que medida a implantação dos cursos de nível superior na cidade de Jacobina contribuiu para o desenvolvimento social e educacional local

Indicação de perguntas:

- Quando a instituição foi implantada na cidade?
- Quais foram as motivações para instalar a faculdade/universidade especificamente em Jacobina?
- Quantos e quais cursos de ensino superior são ofertados atualmente pela instituição? (discriminar os presenciais e os da modalidade EAD)
- Quais os critérios usados para a escolha dos cursos ofertados? Esses critérios são diferentes para as modalidades presencial e EAD? Se sim, quais os principais motivos? (houve estudo de mercado)
- Qual ou quais o(s) curso(s) de maior demanda? (explicar porque é o mais procurado – presencial e EAD)
- Em relação aos cursos presenciais, além dos moradores de Jacobina, de quais outras cidades são os estudantes da instituição? Proporcionalmente, qual é a quantidade de universitários locais e de outras localidades?
- Há diferença no perfil do estudante das modalidades presencial e à distância? Se sim, quais?
- Qual o número de egressos da instituição desde sua fundação?
- No decorrer das atividades da instituição em Jacobina foram criados novos cursos? Se sim, quais?
- As crises e modificações no mercado de trabalho brasileiro ocorridas nos últimos anos afetaram de alguma maneira as atividades dos cursos superiores da instituição? Se sim, quais as principais? (Exemplos: taxa de abandono, trancamento do curso, pedidos de transferência, mudança de curso, surgimento de novas profissões e novos cursos...)
- De forma geral, o que mudou na economia local com a chegada das instituições de ensino superior?